



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ata n.º 295** -----

-----  
----- Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação e votação das atas n.ºs 292, 293 e 294, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação da proposta de integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia na Câmara Municipal, bem como aprovação da proposta de estrutura de organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea m), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação da proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano de dois mil e treze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA ";-----

----- Ponto quatro: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de emissão de declaração de interesse municipal do projeto de exploração da pedreira denominada "Vale de Erva", de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do artigo 22.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Anadia";-----

----- Ponto cinco: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de manutenção do pagamento das despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau, da Câmara Municipal de Anadia, nos termos do n.º 2, do artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto";-----

----- Ponto seis: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de manutenção do pagamento das despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia, nos termos do n.º 2, do artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto";-----

----- Ponto sete: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de isenção do pagamento do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) para as transmissões de lotes adquiridos diretamente ao Município em zonas industriais



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

promovidas pelo mesmo, nos termos do n.º 2, do Artigo 12.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro”.

----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- *Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.*-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos.

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

----- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----

----- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----

----- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----

----- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----

----- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----

----- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----

----- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----

----- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----

----- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----

----- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----

----- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----

----- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----

----- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----

----- • João Alves Morais – GM da CDU;-----

----- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----

----- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----

----- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----

----- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS.-----

----- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----

----- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----

----- Não compareceu à sessão o seguinte Senhor Deputado Municipal, do indicado Grupo Municipal (GM):-----

----- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS;-----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----

----- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguiçim;-----

----- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----

----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----

----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Arcos;-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----

----- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----

----- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----

----- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----

----- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----

----- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----

----- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----

----- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---

----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----

----- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----

----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----

----- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----

----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----

----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----

----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----

----- • Aníbal José Franco Ferreira – PPD/PSD – Vereador;-----

----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----

----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----

----- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de vinte de dezembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a conhecer ao Plenário que o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS, tinha solicitado a sua substituição, nos termos estatuídos, pela Senhora Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina da Silva Gonçalves, e acrescentou que naquele início da sessão estavam presentes na sala trinta e um Senhores Deputados.-----

----- De imediato, deu conhecimento de uma proposta de voto de pesar apresentada pelos membros da Mesa da Assembleia, no uso das suas competências, nomeadamente da alínea a), do número um do artigo vigésimo. No documento, os membros da Assembleia propõem que: “a Assembleia Municipal de Anadia aprove um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dr.<sup>a</sup> Maria Alice de Almeida Sereno Condesso, que de forma ilustre e exemplar desempenhou funções neste órgão autárquico de mil novecentos e setenta e seis a mil novecentos e setenta e nove, como membro do CDS-Partido Popular”.-----

----- Apresentada a proposta subscrita pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à sua votação, finda a qual anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes na sala, com trinta e um votos a favor.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, deu início ao período de antes da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um: "Apreciação e votação das atas números duzentos e noventa e dois, duzentos e noventa e três e duzentos e noventa e quatro, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA".-----

----- Nessa conformidade, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de discussão da ata número duzentos e noventa e dois, da sessão ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e doze, após o que anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com duas abstenções, do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e da Senhora Deputada Isabel Gonçalves, por não ter estado presente na reunião a que a mesma diz respeito, um voto contra, do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e vinte e oito votos a favor dos restantes Senhores Deputados dos Grupos Municipais do PPD/PSD, do PS, e da CDU presentes naquela sessão da Assembleia Municipal, com a ausência na sala dos Senhores Deputados António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, Maria Alexandra Ferreira Henriques, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Francisco Manuel Gonçalo Saraiva, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Decorrida a votação da ata número duzentos e noventa e dois, do primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de discussão da ata número duzentos e noventa e três, da sessão extraordinária de oito de outubro de dois mil e doze. Concluída a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que aquela ata número duzentos e noventa e três, da sessão extraordinária de oito de outubro de dois mil e doze tinha sido aprovada por maioria, com três abstenções, da Senhora Deputada Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca, do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e da Senhora Deputada Isabel Gonçalves, por não terem estado presentes na reunião a que a mesma diz respeito, um voto contra, do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e vinte e sete votos a favor dos restantes Senhores Deputados dos Grupos Municipais do PPD/PSD, do PS, e da CDU presentes naquela sessão da Assembleia Municipal, com a ausência na sala dos Senhores Deputados António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, Maria Alexandra Ferreira Henriques, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Francisco Manuel Gonçalo Saraiva, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Decorrida a votação da ata número duzentos e noventa e três, do primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de discussão da ata número duzentos e noventa e quatro, da sessão extraordinária de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinte e nove de outubro de dois mil e doze. Concluída a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a ata número duzentos e noventa e quatro, da sessão extraordinária de vinte e nove de outubro de dois mil e doze tinha sido aprovada por maioria, com duas abstenções, do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e da Senhora Deputada Isabel Gonçalves, por não terem estado presentes na reunião a que a mesma diz respeito, um voto contra, do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e vinte e oito votos a favor dos restantes Senhores Deputados dos Grupos Municipais do PPD/PSD, do PS, e da CDU presentes naquela sessão da Assembleia Municipal, com a ausência na sala dos Senhores Deputados António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, Maria Alexandra Ferreira Henriques, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Francisco Manuel Gonçalo Saraiva, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Decorridas as votações das atas números duzentos e noventa e dois, duzentos e noventa e três e duzentos e noventa e quatro, do primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto desse período de antes da ordem do dia: "Intervenções dos Senhores Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA".-----

----- Uma vez iniciado o período destinado às intervenções dos Senhores Deputados Municipais, e para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD, não sem antes informar o Plenário de que tinha acabado de dar entrada na sala o Senhor Deputado Francisco Saraiva, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, a Senhora Deputada disse pretender dar conta à Assembleia Municipal de que três anos volvidos sobre a sua eleição para fazer parte do Conselho Consultivo do Hospital José Luciano de Castro, finalmente tinha sido convocada para uma reunião, que tinha ocorrido no passado dia trinta de novembro de dois mil e doze, pelas catorze horas e trinta minutos, na sala de reuniões daquele Hospital, e na qual tinham estado presentes todos os elementos daquele Conselho, que passou a enunciar: a Dr.ª Maria João Sousa Pereira Câmara Lumelino; a Dr.ª Ana Paula Batista Rodrigues; o Senhor António Manuel Marques Ferreira de Oliveira; a Dona Anabela da Conceição A. Marques da Costa; o Senhor José Pedro Santos Ferreira; a Dona Maria de Fátima Duarte Santos; a Dona Dina Paula Heleno Martins; o Senhor Presidente, Dr. João Nogueira de Almeida; ela própria, como representante da Assembleia Municipal; o Senhor Manuel Jacinto Gaspar da Silva, representante da Assembleia Municipal de Mealhada; o Senhor Dr. Gilberto Martins Rosa, representante da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro; a Senhora Vice-presidente, Dr.ª Ema, e o Dr. Pedro Manuel Simões de Carvalho, secretário.-----

----- Entretanto, deu a conhecer a ordem de trabalhos dessa reunião, que adiantou ter sido a



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguinte: definição do calendário para as reuniões para o ano dois mil e treze; decidir sobre o procedimento a adotar para a elaboração do Regulamento Interno do Conselho Consultivo e outros assuntos.-----

----- Resultado da reunião, informou que, para além de todos os elementos do Conselho se terem ficado a conhecer, naquela que pensava ter sido a primeira vez desde que tinha sido composto, tinham agendado mais reuniões, ainda que sem data definida, ficando definido que pelo menos iriam reunir duas vezes por ano. Disse ter ficado também decidido que seria elaborado o Regulamento Interno do Conselho, uma vez que também não existia, por uma comissão para a qual ela própria também tinha sido escolhida, juntamente com o Dr. João Nogueira de Almeida. Deu, ainda a conhecer, terem sido abordados outros assuntos, nomeadamente quanto à situação do Hospital em si, que pelos vistos tinha muitos serviços a funcionar que não eram do conhecimento de muitos utentes do Hospital, como o serviço de pediatria, de cirurgia geral, que lhe parecia que também por virtude de situações do Governo, de não transferências de verbas que existiam mas que estavam cativas, algumas dessas especialidades poderiam deixar de funcionar.-----

----- A terminar, referiu que nessa reunião tinha dado conta do descontentamento e do desagrado da população em geral, que era objeto de diversas discussões na Assembleia Municipal e que também era do seu conhecimento pessoal, relativamente à situação do fecho de serviços, tanto dos centros de saúde como do Hospital, das urgências. Por fim, disse ter também dado conta que na sua perceção pessoal, e que lhe era trazida pelas pessoas com quem contactava, que não sabiam que o Hospital funcionava, e nos moldes em que funcionava, para além de que ter dado igualmente a entender às pessoas presentes naquela reunião que seria de todo benéfico que o Hospital divulgasse os serviços de que dispunha, de modo a que a população também soubesse exatamente o que se lá passava, até por uma maior transparência do que lá era feito, também com o objetivo de chegar mais longe, a Lisboa, para ver se não fechavam mais serviços e se realmente preservavam o que o concelho tem de bom.-----

----- Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Jennifer Pereira, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que embora a informação prestada pela Senhora Deputada fosse apenas de uma primeira reunião, no caso de algum dos Senhores Deputados entender que a Senhora Deputada, no futuro, devesse levar às reuniões que no momento pareciam estar agendadas, qualquer tema de interesse, os líderes de bancada deveriam fazê-lo chegar.-----

----- De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, colegas, demais presentes, comunicação social. Enquanto Presidente da Comissão Política do CDS e Deputado Municipal do CDS, trago a esta casa, à Assembleia Municipal, um episódio que ocorreu recentemente, esta semana, aliás, no concelho de Anadia.--



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A Comissão Política do CDS-PP Anadia decidiu criticar e informar os munícipes de Anadia acerca de uma realidade que vem plasmada em documentos oficiais da Câmara Municipal. Ora, não se sabe muito bem qual foi o motivo que originou tal episódio, tal atitude por parte do Senhor Presidente da Câmara, mas este Senhor resolveu, sem quê nem para quê, retirar toda a propaganda partidária que o CDS, enquanto partido político, decidiu colocar no concelho. São quatro cartazes que enunciam um tema que certamente envergonha o Senhor Presidente da Câmara e, sem quê nem para quê, sem sequer notificar a Comissão Política, à má-fé, mandou os funcionários da Câmara retirar toda a propaganda política do CDS-Partido Popular.-----

----- Ora, é um ato que em democracia tem que ser combatido. Em democracia, num Estado civilizado, eu já nem falo num Estado democrático, porque democracia é coisa que não existe em Anadia, pelo menos nas mãos do atual Presidente, mas era uma situação que nunca deveria existir em qualquer Estado civilizado, muito menos num concelho que, segundo nós, pelo menos eu imaginava, nunca seria capaz de executar tais medidas arbitrárias sem o mínimo de conexão com a lei, violando princípios fundamentais, como seja a Constituição da República, que vêm enunciados na Constituição da República Portuguesa, que vêm enunciados na Lei dos Partidos Políticos, que vêm enunciados em diversos diplomas legais que dão, não só aos Deputados Municipais, mas às Comissões Políticas, o direito de se manifestarem livremente, de se exprimirem livremente. Ora o Senhor Presidente da Câmara ordenou que os seus funcionários executassem um ato antidemocrático, como seja retirar a propaganda política do CDS-Partido Popular.-----

----- Efetivamente, eu queria manifestar a esta soberana Assembleia do que se passou, porque enquanto Deputado Municipal, enquanto cidadão, enquanto Presidente da Comissão Política, efetivamente um ato desta natureza é reprovável, não dignifica o concelho de Anadia, não dignifica o Município de Anadia, e, como tal, senti-me na obrigação de vos manifestar este episódio lamentável que não dignifica em nada o país, não dignifica o concelho, não dignifica os princípios pelos quais nos regemos. E é tudo o que eu tenho a dizer para já. Muito obrigado.”---

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado disse ter solicitado a palavra na sequência da intervenção efetuada pelo Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular. Começou por reconhecer que muita gente, de facto, não tinha conseguido ter acesso à informação que os *outdoors* queriam transparecer e, portanto, pensava haver uma afirmação que não era só contra a Assembleia, que ia aprovando as contas da Câmara, mas até contra organismos do país que andavam todos cegos. Considerou, também, que dava impressão que quando ouviam dizer na televisão que a Câmara de Anadia era um caso de se imitar, pela suas contas e pela maneira como geria os seus dinheiros, e havia um partido com assento na Assembleia que fazia transparecer uma dívida de cinquenta milhões, de facto, ou era atirar



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

areia aos olhos de toda a gente, ou talvez, de certo modo, chamar pouco inteligentes a todas as pessoas que superintendiam e supervisionavam as questões das contas da Câmara Municipal.---  
----- Continuando, disse pensar que isso também se inseria um pouco em algumas atitudes mais espalhafatosas da parte desse Senhor Deputado, que dava a impressão de andar aos saltos para ver se alguém o via. Reconhecendo desconhecer se haveria qualquer outro problema ligado àquela questão, adiantou que no seu entendimento o Senhor Deputado, que até já tinha intervindo, deveria, de facto, dizer à Câmara e a todas as pessoas presentes na sessão, e no caso dizer ao concelho de Anadia, onde estavam os tais cinquenta milhões que a Câmara devia, portanto, a tal dívida que seria a prenda de natal para os munícipes de Anadia, porquanto, sem isso, tudo não passava de afirmações gratuitas, ou até palhaçadas a que os Deputados da Assembleia já estavam acostumados a assistir da parte de algumas dessas pessoas, mas que pensava ser altura de dizer basta.-----

----- Referiu, ainda, que era necessário que os órgãos funcionassem e que quem fazia aquelas afirmações, ou provava que eram verdade, ou então teria que responder nos locais próprios por situações dessas, porque isso era enxovalhar a Câmara e era enxovalhar quem tinha feito as críticas elogiosas ao Município de Anadia e que tinham sido tornadas públicas por todo o país. Portanto, considerou que se aquelas pessoas estavam todas enganadas e a razão estava só do lado do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, ele teria de provar que efetivamente assim era. E, nessa medida, iria ficar a aguardar que o Senhor Deputado dissesse a todos os Deputados Municipais onde alicerçava a afirmação que tinha tido o cuidado de espalhar pelo concelho nos tais quatro *outdoors*.-----

----- Mesmo a terminar, disse ter ainda uma outra situação a apresentar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Assim, recordando haver um Regimento da Assembleia Municipal, considerou que era chegada a altura de começarem a cumprir esse mesmo Regimento corretamente. Pedindo desculpa por interpelar o Senhor Presidente da Assembleia naquele sentido, no que aos tempos de intervenção dizia respeito, o Senhor Deputado considerou que era altura de certas pessoas, para não andarem a atirar areia aos olhos dos Deputados Municipais, cumprirem os tempos que lhe estavam legalmente atribuídos para intervir, e não deixar estender esses tempos de intervenção de certos Deputados que de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, não tinham direito de o fazer.-----

----- Cumpridas três intervenções, da Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e do Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que tinha decidido não falar daquele assunto, mas atendendo a que o Senhor Deputado em causa tinha dito que a Câmara Municipal nem sequer tinha notificado a Comissão



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Política do CDS da decisão de retirar os cartazes, perguntava se não seria absolutamente lógico, e da lei, que quando era instalada alguma publicidade no concelho, quer política, quer comercial, no mínimo, e ainda que estivesse eventualmente isento do pagamento de qualquer taxa, o promotor dessa instalação deveria comunicar à entidade competente.-----  
----- Esclareceu, entretanto, que a Câmara ao fazer o que tinha feito, tinha sido a pensar proteger o CDS, por se tratar de uma má ação e de uma mentira escandalosa. E acrescentou que tinha pensado que o CDS iria sair muito prejudicado com a instalação daqueles *outdoors* e, então, antes que fosse tornado muito público, tinha mandado retirar.-----  
----- Em relação à mentira escandalosa e vergonhosa que constava dos *outdoors*, e acima de tudo veiculada por pessoas que se assumiam como realmente os mentores do cartaz, perguntou onde é que as pessoas tinham descoberto aqueles números, uma vez que faziam parte da Assembleia Municipal, quando os documentos de que dispunha, e que adiantou poder disponibilizar para quem estivesse interessado, ditavam que o saldo de caixa, naquele preciso dia, era de quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, trezentos e quinze euros.-----  
----- Depois, constatou, também, que um outro documento determinava que a margem de endividamento líquido era de cinco milhões, trezentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e um euros e quatro cêntimos. O que queria dizer que se o Município tinha aquela margem de endividamento era porque a situação económica do Município o permitia e, naturalmente, a Direção-Geral das Autarquias Locais o confirmava.-----  
----- Continuando, referiu que se tal não fosse suficiente, também constava do documento que a dívida a um de janeiro era de sete milhões, quinhentos e sete mil e setenta e quatro euros e cinquenta cêntimos e que a dívida a trinta e um de dezembro, que era a que iam atingir se cifrava em seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, trezentos e noventa e quatro euros e treze cêntimos. Afirmou, assim, serem os únicos documentos legais transmitidos à DGAL de que a Câmara dispunha, apesar de haver pessoas que descobriam outros valores. No entanto, referiu que a sua preocupação não era naturalmente com um cartaz que dizia que a Câmara Municipal distribuía cinquenta milhões de dívidas, era que a Câmara felizmente tentava distribuir bem-estar, equilíbrio financeiro, e não procurava intoxicar mais uma sociedade que anda tremendamente atrofiada por atitudes de pessoas desse género.-----  
----- Entretanto, referiu que muitas pessoas lhe perguntavam se não deveria, perante tal ofensa, agir criminalmente, processar os autores, mas que respondia que seria valorizar demais essas atitudes, porque a atitude estava sempre ligada às pessoas, não aparecia sem ter por trás a responsabilidade de alguém. E a quê e a quem iria dar responsabilização? Por isso, considerava que não valeria a pena perder tempo.-----  
----- Ao Senhor Deputado Dino Rasga aconselhou não se agastar com aquela situação porque os números que iriam ser disponibilizados para a Assembleia aprovar eram verdadeiros. Não obstante, disse que gostaria que fosse melhor, mas comparando com outros Municípios e com contas assumidas por observatórios altamente qualificados, em que o Município de Anadia



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estava classificado em primeiro lugar, considerava que os partidos que tomavam aquele tipo de atitude estariam a dar tiros no pé.-----

----- Portanto, dirigindo-se aos Senhores Deputados dos vários Grupos Municipais, afirmou claramente que a proposta que seria submetida a aprovação se baseava sempre numa informação séria e existente, comprovada com os documentos que eram enviados a acompanhar essa proposta.-----

----- Ainda em relação aos cartazes, referiu tratar-se de manobras claramente estranhas, porquanto considerava que havia muitas formas de presentear os cidadãos do concelho, em especial em época de natal, que não através da mentira. Como tal, disse que os Senhores Deputados fariam o que entendessem, julgariam como entendessem, mas adiantou que a consciência dos elementos da Câmara estava tranquila e para ele aquele era um assunto meramente encerrado.-----

----- A terminar, declarou estar na Câmara Municipal pela política e só pela política, porque depois da política só tinha um interesse primeiro, o seu concelho. Declarou, também, pretender continuar a depositar na Assembleia a certeza de que estavam conscientes, se responsabilizavam pelas atitudes do Presidente da Câmara de Anadia que até àquele momento não tinha tido nem nunca iria ter a coragem de forjar qualquer documento que pudesse pôr em causa a honorabilidade da Câmara ou da Assembleia.-----

----- Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conta ao Plenário que pelas quinze horas e dezoito minutos tinha dado entrada na sala o Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e que naquele intervalo também tinha dado entrada a Senhora Deputada Maria Alexandra Henriques, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Entretanto, e para uma segunda intervenção, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, que proferiu as palavras que de seguida se tentam transcrever na íntegra:-----

----- "Vamos encurtar isto. Vou diretamente ao assunto. Quanto ao Senhor Deputado Dino Rasga, as contas que foram apresentadas não justificam que se arranque propaganda partidária. Primeiro ponto. Segundo ponto, o CDS-Partido Popular trabalhou, trabalha e vai continuar a trabalhar para esclarecer as pessoas, em concreto os munícipes de Anadia.-----

----- Quanto ao Senhor Presidente da Câmara, o Senhor trata a propaganda partidária como se fosse publicidade. Mas peça um parecer à sua jurista, ou aos seus juristas, porque certamente que eles lhe vão dizer que a propaganda partidária não é publicidade. E, mesmo que fosse, não lhe dava o direito de retirar toda a propaganda de um partido político, neste caso, o CDS-Partido Popular. Não lhe dava esse direito. Além de que o próprio regulamento municipal, que se se aplicasse, é omissivo quanto a esta matéria. O Senhor fala num período durante a campanha eleitoral. Ora, fora da campanha eleitoral, os partidos continuam a poder manifestar-se livremente. A lei dos partidos políticos assim o emana.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Agora, nada justifica, mesmo aplicando esse regulamento, o Senhor tinha que nos notificar primeiro. O Senhor mandou os seus funcionários, que tiveram que obedecer a uma ordem ilegal, arrancar propaganda partidária em pleno século vinte e um, trinta e sete anos depois do vinte e cinco de abril em Portugal. Esta é que é a verdade.-----

----- E, por outro lado, nós não precisamos de guarda-costas, nem de capangas no Município. O CDS-Partido Popular sabe defender-se, nós não precisamos do seu auxílio, Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Os documentos que nós temos relativamente ao assunto das contas, são os documentos que o Senhor apresentou nesta casa. Se o Senhor for ver o balanço que foi auditado, já nem pondo em causa a própria auditoria que é interna, praticamente, que é feita pela própria Câmara Municipal, ou por uma entidade externa, mas que é paga pela própria Câmara Municipal, se nós formos ver o balanço, portanto, o balanço efetivamente o que é que ele nos apresenta. Até nos apresenta mais do que cinquenta milhões de euros de passivo, mais do que cinquenta milhões de euros de dívida. Basta ver. No último documento que nos foi apresentado, o relatório de contas do primeiro semestre de dois mil e doze, para quem o tenha, que certamente não o têm, mas eu tenho, os Senhores podem ver: dívidas, passivo, dívidas a terceiros, médio longo prazo, seis milhões, duzentos e vinte e seis mil euros, arredondando por baixo; dívidas a terceiros, curto prazo, oitocentos e cinquenta e dois mil euros; proveitos diferidos, quarenta e seis milhões de euros. Faça a soma, Senhor Presidente. Dá mais do que cinquenta milhões de euros. E se são estas contas que o Senhor nos dá, se tem outras, que sejam entregues nesta casa para nós podermos apreciar. Porque quem tem que prestar contas a esta casa é o Senhor, não somos nós que temos que andar a pedir aos serviços para que nos digam quais são as suas contas.”-----

----- Relativamente à última parte da intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu para esclarecer que o Senhor Deputado tinha o dever de perguntar e de se informar e para dizer que o Senhor Deputado estava jurídica e economicamente a cair num logro muito grande. Nessa conformidade, perguntou ao Senhor Deputado se queria repetir o que estava a falar.-----

----- Retomando a palavra, o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, continuou o seu discurso, o qual se tenta transcrever na íntegra:-----

----- “O Senhor Presidente está-se a intrometer e eu ainda não acabei de falar. Tem que atuar com alguma diligência e está a interromper o meu raciocínio. Podia aguardar que o meu tempo chegasse ao fim e depois falaria.”-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Deputado de que só tinha direito a sete minutos e na sua intervenção já tinha utilizado oito minutos, portanto, determinou, assim, que se encontrava esgotado o tempo para o Senhor Deputado intervir. Não deixou, no entanto, de referir que até estava com vontade de lhe dar mais um minuto ou dois e ir contra a chamada de atenção que tinha sido feita pelo Grupo Municipal do



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PPD/PSD. Mas, como o Senhor Deputado o tinha insultado, tinha de lhe tirar a palavra. Ainda assim, informou o Senhor Deputado que poderia refletir dois minutos que tinham sido concedidos pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Seguidamente, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por dizer que somar números não custava nada, mas somar proveitos com prejuízos não tinha qualquer lógica. E, portanto, disse que tecnicamente não valeria a pena dar explicações, quando toda a gente entendia como aquilo acontecia.-----

----- Assim, pediu aos Senhores Deputados para descobrirem os cinquenta milhões de euros, que ele realmente não tinha conseguido descobrir, mas pelo menos para tentarem absolver o Senhor Deputado porque naturalmente ele por si não chegaria lá. No entanto, disse que isso seria um problema do Senhor Deputado, mas tinha os serviços técnicos competentes, e se a Assembleia o exigisse, que tinha todo o direito, poderia esclarecer o Senhor Deputado, mas, na sua opinião não deveria ensinar.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Oliveira, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes na sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado disse pretender apenas corroborar as palavras do Senhor Presidente da Câmara porque, de facto, a mistura de conceitos do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco denunciava não ter formação contabilística e misturava alhos com bugalhos. Acrescentou, ainda, que misturar passivo com dívidas e com coisas do género, de facto, revelava ignorância na matéria. E, por isso, considerou que já tinha sido dito tudo e que não valia a pena estar a argumentar situações de quem se metia a discutir situações para as quais não estava preparado tecnicamente. Concluiu que era apenas essa a questão e que não valia a pena discutir porque as misturas eram de conceitos que não eram misturáveis. Ponto final.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por cumprimentar os presentes e aproveitou para transmitir, desde logo, boas festas com muita saúde e um próspero ano novo igualmente com muita saúde, porque infelizmente na parte económica tinham sido confrontados já naquele natal com bastante precaridade.-----

----- Entretanto, aproveitou para referir que o futuro também não era risonho porque infelizmente ouviam todos os dias declarações dos representantes máximos da governação, desde o Primeiro-Ministro, ao Ministro das Finanças e ao da Segurança Social, a mentir aos portugueses.-----

----- Passou a perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se tinha estado reunido com o responsável da área da saúde, da Administração Regional do Centro, por três vezes, porque o



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha interrogado, em sessões anteriores, e o Senhor Presidente da Câmara tinha mentido, dizendo que não tinha reunido com ninguém responsável da área da saúde. Como o concelho de Anadia estava a ser confrontado com problemas graves, os quais ainda iriam piorar na área da consulta aberta e em algumas unidades de saúde, reiterou a pergunta ao Senhor Presidente se tinha tido ou não alguma reunião.-----

----- Referiu, entretanto, que também tinha tido conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara tinha sido convocado para três reuniões no Ministério da Justiça para falar sobre a situação do Tribunal de Anadia. Nessa conformidade, disse ao Senhor Presidente que gostaria que explicasse se tinha comparecido, ou não, a essas reuniões, porque a informação de que dispunha era que o Senhor Presidente da Câmara tinha sido convocado. Portanto, se tinha sido convocado, teria tomado conhecimento de algumas medidas que iriam ser introduzidas infelizmente no Tribunal.-----

----- Relativamente à notícia da comunicação social difundida pelo Governo, de que a educação teria de ser entregue às Câmaras a nível nacional, começou por referir que talvez aí o Governo tenha a sua razão e a sua intuição de não recomeçar as obras da Escola Secundária de Anadia, por querer, com certeza, entregar a finalização da construção da obra à Câmara de Anadia para a Câmara suportar essa despesa. Recordou, também, que no ano anterior tinha havido uma grande movimentação contra o Governo pela retirada de algumas verbas ao ensino privado e que atualmente uma grande maioria das escolas privadas no país tinha retirado os alunos do setor público, não porque a escola pública seja pior do que o ensino privado, mas com uma finalidade, encerrar serviços públicos. Entretanto, referiu que quem quiser optar pelo privado tem que ter uma opção económica, tem que ter condições, mas não poderiam estar a penalizar a escola pública, enterrá-la, por dificuldades económicas em servir e sustentar o setor privado. Por isso, sendo uma intenção do atual Governo ceder aos privados, prejudicando a escola pública, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual a sua posição como Presidente do município, porque desde o encerramento das obras ainda não o tinha visto tomar uma posição pública contra o Governo, contra a paragem das obras que se estavam a degradar e que já se apontavam para acolhimento de toxicodependentes e venda de droga, por considerar tratar-se de uma situação grave para o concelho.-----

----- Para responder à intervenção efetuada pelo Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que nunca tinha estado reunido com os verdadeiros responsáveis da saúde, porque eles sempre disseram que vinham a Anadia. Esclareceu, ainda, que tinha estado reunido sim, por várias vezes, mas com setores da saúde regionalizados, que lhe vinham sempre dizendo que aquilo que iam fazer por Anadia era sempre para melhorar. No entanto, disse que constatava sempre o contrário, que era sempre para piorar: ou a retirada de tempo nas consultas abertas, ou encerramentos de postos de



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atendimento de saúde no concelho. Por isso, concluiu que realmente nunca tinha tido outras reuniões que não fossem solicitadas por parte da Coordenação para lhe dizer aquilo que iam fazer, mas já depois de terem feito. E mesmo quando vinham, diziam sempre que iam fazer e que só iriam fazer com a anuência do Presidente da Câmara, mas já tinham feito.-----

----- Entretanto, informou que a última vez que a ARS Centro tinha estado na Câmara Municipal, tinha sido para o tranquilizar sobre o funcionamento da consulta aberta, tendo aquela entidade dito, claramente, que funcionava de certa maneira, mas pelo que vinha vendo e presenciando no local, afinal não era verdade. Lamentou, então, que mesmo isso não funcionava e que a ARS justificava essa situação, nomeadamente, com a falta de médicos. Assim sendo, considerou que deveriam dizer claramente que não tinham condições e que não viessem tentar dizer junto do Presidente da Câmara que o problema que era de médicos, mas que o iriam resolver em pouco tempo. Portanto, concluiu que essa vinha sendo a conversa da ARS, que daquela última vez vinha suportada pelos coordenadores locais.-----

----- Como tal, disse que estava tudo formado para irem, a pouco e pouco, acabando com os serviços, não por os fechar, mas pela incapacidade desses serviços prestarem qualquer serviço público. Referiu, assim, que em sua opinião aquela atitude era grave, porque iam esgotando, esgotando, até que as pessoas, naturalmente, deixem de utilizar os serviços.-----

----- Quanto à justiça, disse que tinha pedido muitas vezes para ser recebido, mas até ao momento continuava à espera de ser recebido. Portanto, não tinha mais resposta porque aquela era a verdade.-----

----- Relativamente à questão da educação para as Câmaras, começou por recordar que já outros Governos, nomeadamente o do Partido Socialista, tinham proposto estabelecer protocolos com a Câmara de Anadia, e com muitas outras Câmaras, para dar parte dos serviços de educação às Câmaras, tendo chegado, até, a propor um determinado montante financeiro. Aproveitou para esclarecer que a Câmara de Anadia, para ter a posição que tem financeiramente, não iria naturalmente enveredar por caminhos que a levassem a ser igual a tantas outras e, portanto, não tinha aceite.-----

----- Entretanto, referiu que a atual proposta, que disse ainda não ter chegado à Câmara de Anadia, parecia ser muito mais abrangente, ser para toda a educação. Sobre essa matéria, afirmou que o setor da educação da Câmara Municipal estava suficientemente preparado para aceitar esse desafio. No entanto, disse que seria necessário negociar, antecipando, desde logo, que a Câmara só aceitaria se o Governo pagasse. Adiantou, ainda, que quando a Câmara fizesse as contas ao serviço que iria prestar, proporia, e se o Governo aceitasse, a Câmara também aceitaria, seria uma questão de negociação.-----

----- Continuando, referiu que se a Câmara Municipal não perdesse com essa situação, só pelo facto de não perder, já seria uma grande vantagem, porque atualmente a Câmara, ainda que a educação não lhe pertença, já se encontra a perder muito. No entanto, disse não estar disponível para perder mais, porque a Câmara Municipal também tem obrigação de, no aspeto



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da educação, ter projeto, apoiar, aqueles que são seus alunos, aqueles que são os seus professores, aquelas que são as suas escolas.-----

----- Ainda assim, antecipou que a Câmara Municipal poderia estar disponível para substituir quem não sabe administrar, mas para tal havia custos, portanto, quando o Governo quisesse poderia apresentar uma proposta que a Câmara, chegada à conclusão de que seria uma proposta de interesse para a Câmara, e da qual não resultassem prejuízos financeiros, até poderia aceitar.-----

----- Passando a falar da questão do privado e do público levantada pelo Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Câmara disse que havia muitas manobras, mas que não poderia garantir ao Senhor Deputado que a privatização da maior parte do que era público em termos de ensino, de escolas, viesse a acontecer. Uma coisa disse que lhe poderia garantir, que no futuro não iria haver uma grande distinção entre o privado e o público, dado que todos os alunos teriam de pagar as respetivas propinas. Para tal, reportou-se ao exemplo da saúde, em que havia atualmente hospitais privados a levar menos por uma urgência do que num hospital público.-----

----- Antes de terminar, constatou, ainda, que o ensino se degradava cada dia, a saúde se degradava cada dia, a vida dos cidadãos se degradava cada dia, e aquilo que o Senhor Deputado tinha dito sobre a Escola em construção, ou que deveria estar em construção, que era um antro de droga e não seria escola, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que seria o país, dado que os cidadãos revoltados, insatisfeitos e, até, acima de tudo, incapazes de sobreviver, recorriam à droga, talvez para viver alguns momentos de alegria, se é que pudessem ser chamados de alegria, mas deviam tê-los, porque, de outra maneira, não se explicava porque a utilizavam.-----

----- Concluiu, assim, dizendo não estar a fazer críticas ao Governo, antes ao cidadão comum que era permanentemente intoxicado por doutrinas neoliberais onde o capital era o rei de tudo e os cidadãos ficavam realmente numa situação em que tanto valia reagir como não reagir que ninguém os ouvia. Rematou, afirmando que por muito que custasse, aquelas eram palavras que ouvia dos governantes, por isso, para ele nunca foi democracia.-----

----- Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e apesar de o Senhor Deputado João Morais ter esgotado o seu tempo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizou o Senhor Deputado a colocar uma questão.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que o Senhor Presidente da Câmara tinha estado recentemente reunido com o Senhor Presidente da Câmara e com os serviços técnicos da Câmara de Oliveira do Bairro, junto aos limites do concelho de Anadia. Nesse sentido, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se com a melhoria daquelas obras efetuadas pela Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, no futuro, o limite do concelho viria para junto daquela casa de habitação até onde a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro se tinha comprometido fazer o passeio, ou se iriam para o local certo, real, que era junto à regueira foreira, regueira



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foreira essa que recordou já ter sido deslocada para o sentido de Sangalhos, visto que a primitiva se encontrava junto ao muro de betão da Escola Secundária de Oliveira do Bairro.-----

----- Não deixou de referir que estava de acordo com as benfeitorias, no entanto, considerou não serem as ideais. Considerou, mesmo, que o que lá estava feito era um mamarracho, e que, apesar de não ser arquiteto nem desenhador, qualquer cidadão dizia que aquilo estava mal feito. Mas, atendendo que seriam feitas algumas melhorias, disse que aceitava essas melhorias, em nome da Câmara de Anadia e dos munícipes de Anadia, e que só não aceitava que a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro se viesse apoderar de uma grande área geográfica de terra, conforme já vinha fazendo do lado norte da Murta para Sangalhos, onde também já se encontrava a construir no território do concelho de Anadia, território esse onde, de acordo com o PDM de Anadia, não era permitida a construção aos munícipes de Anadia, e a Câmara de Oliveira do Bairro podia construir no território de Anadia sem qualquer restrição.-----

----- Portanto, e a concluir, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para o esclarecer, uma vez que estavam em causa, entretanto, limites entre concelhos e não entre freguesias.-----

----- Para esclarecer o Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que nunca tinha reunido com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro. A Câmara Municipal de Oliveira do Bairro tinha informado a Câmara Municipal de Anadia que, de acordo com um projeto de uma obra pública que tinha para aquela área, pretendia ocupar um espaço no concelho de Anadia, à semelhança do que acontecia com muitas entidades, nomeadamente as Estradas de Portugal, e outras. Portanto, esclareceu que a Câmara Municipal de Anadia o que tinha feito tinha sido apreciar o projeto dessa obra, que tinha merecido o parecer favorável dos técnicos da Câmara Municipal de Anadia que o analisaram, sendo que, depois, tinha tido o cuidado de o apresentar à reunião de Câmara onde acabou por ser aprovado.-----

----- No entanto, disse tratar-se de uma obra de requalificação, portanto, o que obrigava a Câmara de Anadia, provavelmente, e adiantou estar a estudar essa solução, que, aliás, já tinha inclusivamente comunicado ao Executivo Municipal, a dar um aspeto também mais cidadão àquela área de Sangalhos, por forma a dar sequência a esse trabalho. Reiterou, então, que essa solução estava a ser trabalhada e que, portanto, a Câmara iria dar algum enquadramento àquele espaço, que, como tinha dito o Senhor Deputado, e muito bem, estava no território do concelho de Anadia, pelo menos grande parte.-----

----- Esclareceu, também, que os limites do concelho eram exatamente os existentes antes da obra e que o facto de a obra ser feita no território de Anadia, não retirava, naturalmente, direitos em termos territoriais ao concelho de Anadia. Contudo, não deixou de reconhecer que aquilo que o Senhor Deputado tinha dito era verdade e, nesse sentido, aproveitou para informar que recentemente tinha sido apresentado, por parte de uma Associação de Caçadores de Sangalhos, um pedido de redefinição, ou pelo menos de recuperação da primeira forma, do



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

território. Isso porque, explicou, parecia que os terrenos estavam registados na freguesia de Sangalhos, mas, abusivamente, a Câmara de Oliveira do Bairro, ou alguns serviços cadastrais do país, tinham entendido que não era Anadia. Portanto, adiantou que a Câmara Municipal iria notificar a Junta de Freguesia, que também já tinha apresentado esse problema, para elaborar todo um procedimento, que por si só era complicadíssimo, no sentido de tentar reaver aquilo que por direito é do concelho de Anadia, que será o que fica e onde lhes será permitido construir.-----

----- Portanto, explicou que o concelho de Anadia não tinha perdido qualquer autonomia sobre o território. Acrescentou que a Câmara Municipal de Anadia tinha concedido autorização à Câmara Municipal de Oliveira do Bairro para realizar a obra, estava a trabalhar legalmente, e a Câmara de Anadia não se sentia prejudicada, até porque, ainda que o Senhor Deputado João Morais interpretasse aquela obra como um mamarracho, a mesma tinha uma intenção, que era moralizar o trânsito naquele local e dar, de certa maneira, também, uma entrada a Oliveira do Bairro mais digna, que, igualmente, serviria para Sangalhos. Todavia, concluiu que, à exceção da observação do Senhor Deputado, a Câmara de Anadia não tinha tido qualquer reparo até ao momento. Mas se acontecesse, iria dar resposta e tentar minimizar os efeitos daquela obra.-----

----- Finalizada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e sem ter sido efetuado qualquer outro pedido para intervir no período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período e passou, de imediato, ao período da ordem do dia, apresentando o seu primeiro ponto: "*Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*".-----

----- Para fazer a introdução daquele primeiro ponto da ordem do dia, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu apenas tratar-se de um documento que era apresentado em todas as sessões da Assembleia e que aquele, a exemplo de outros, demonstrava claramente o que a Câmara Municipal tinha feito. Não deixou, ainda, de referir que gostariam de fazer muito mais, mas com uma dívida de cinquenta milhões de euros, considerou que aquele resultado era um milagre.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, sendo aquela a sua primeira intervenção da sessão, aproveitou, desde logo, para desejar boas festas a todos e um melhor ano de dois mil e treze, passando a dizer que pretendia que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe esclarecesse alguns pontos da sua comunicação.-----

----- Relativamente à participação do Município num grupo de trabalho da CIRA, na área cultural, disse pretender saber alguns pormenores dessa participação, ou pelo menos, se já



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

teriam chegado a alguma conclusão sobre esse trabalho, que era pretendido ser um trabalho em rede e que, aliás, já estava programado para o ano anterior. Referiu que talvez pudesse haver mais novidades nessa área, pelo que gostaria de saber alguns pormenores, por considerar tratar-se de um trabalho importante.-----

----- Entretanto, e uma vez que no documento era feita referência à revisão do Plano Diretor Municipal, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para lhe fazer o ponto da situação daquela que era uma “guerra” que vinham travando há muito tempo, porque, de acordo com o que estava escrito, parecia haver alguma luz ao fundo do túnel. E, como não sabia se seria assim, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe fizesse o ponto da situação relativamente ao PDM.-----

----- Pediu, também, para o Senhor Presidente da Câmara Municipal o esclarecer, ou que pelo menos lhe dar a conhecer algumas das condições, ou as condições mais importantes, da cedência da chamada Residência de Estudantes. Ao que parecia, era proposto que fosse aproveitada para a área desportiva, mas como o protocolo de cedência envolvia algumas condições que não eram do seu conhecimento, disse que gostaria, portanto, de ser informado sobre algumas dessas, ou, como tinha dito, das condições mais importantes desse protocolo de cedência.-----

----- Apresentou, ainda, uma última questão que se prendia com o número de processos em que a Câmara estava envolvida. Revelou ter constatado, com alguma estranheza, que o número de processos cada vez ia aumentando mais, mas havia uma série de processos com a referência BEAVR, e eram muitos, que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara comentasse o que se passava com aquilo, por quê tantos processos, a que se referiam, enfim, que lhe desse uma perspetiva do que era tudo aquilo, no fundo, para que todos pudessem estar mais informados sobre aquela situação dos processos.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado.-----

----- Antes de responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado, o Senhor Presidente aproveitou para desejar aos seus amigos um bom natal e um bom ano novo.-----

----- Começando por falar de atividades conjuntas, referiu que criavam grandes parangonas nos jornais, mas os protagonistas tinham uma dificuldade enorme depois em se entender. Falando, em particular, da candidatura a que o Senhor Deputado se referiu, na área da cultura e que tinha pelo meio espetáculos, música, entre outras, disse esperar que a mesma venha a ser aprovada, e que não acontecesse como tinha acontecido com o caso da Praça com Vida, em que viria uma altura em que, mesmo depois de aprovada, fosse dito que deveria ter sido feita antes, mas como não tinha sido, vinha a destempo. Portanto, não se tratando de uma candidatura da Câmara, mas da Associação, informou que esperavam que fosse a bom ritmo.-----

----- Quanto ao PDM, revelou que se alguém tinha acreditado pouco no PDM tinha sido ele. Mas,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acrescentou que entretanto acreditava porque já tinha sido emitido o parecer final do PDM, esperando, sinceramente, que entretanto seguisse a tramitação que a própria lei definia, o que à partida pressupunha alguma rapidez que infelizmente até então não tinha havido.-----

----- Relativamente ao protocolo da Residência de Estudantes, informou que tinha sido presente ao Executivo Municipal o Auto de Cedência e de Aceitação, subscrito entre o Estado Português, o Instituto Português do Desporto e Juventude e o Município de Anadia, do qual passou a ler uma parte, a saber: "(...)fica sujeita às seguintes condições: o imóvel destina-se ao aumento da capacidade de alojamento de praticantes desportivos que utilizem o Centro de Alto Rendimento de Anadia; a cedência é efetuada pelo prazo de vinte anos, mediante a contrapartida financeira de quinhentos euros/mês; o pagamento da referida compensação financeira tem um período de carência de três anos, contado a partir da data do presente auto; findo o período de carência, a compensação deverá ser paga, mensalmente, até ao dia oito do mês a que respeita; o Terceiro Outorgante obriga-se a realizar obras no imóvel no valor de quatrocentos e cinquenta mil euros; o Segundo Outorgante ou organismo que lhe suceder deve validar o montante investido no imóvel, bem como acompanhar o desenvolvimento do projeto e a execução das obras; Em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de sete de agosto, o imóvel regressa, imediatamente, à posse do Primeiro Outorgante, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, se não for cumprido o estipulado neste Auto, ou permitida a sua utilização por terceiros sem o expresse consentimento da Direção-Geral do Tesouro e Finanças(...)".-----

----- Concluiu, portanto, que o referido protocolo tinha como objeto o Alto Rendimento e que era um protocolo que realmente estava a encaminhar Anadia para o ciclismo.-----

----- Entretanto, deu a conhecer que a Federação Portuguesa de Ciclismo iria concentrar em Anadia todos os trabalhos das seleções de todas as modalidades de ciclismo, o que queria dizer, na prática, que iria criar em Anadia uma chamada academia de ciclismo, concluindo que isso confrontava exatamente com uma realidade que não poderiam deixar de denunciar, que enquanto a Câmara de Anadia, no seu dia-a-dia, pagava rendas, adquiria imóveis, restaurava, e outras coisas mais, para manter serviços no concelho de Anadia, aparecia o Estado a retirar Tribunais, a retirar Hospitais e tudo o mais. Comentou, assim, tratar-se, realmente, de uma luta sem tréguas, mas adiantou que a Câmara não iria desistir e que apesar de lhe retirarem umas valências, adquiria outras. Rematou, mesmo, que lá viria o tempo em que teriam de entregar tudo a Anadia por incapacidade de gestão, como era o caso que há pouco tinha apresentado da educação.-----

----- Quanto aos processos, reconheceu que apesar de serem muitos, era um sinal de que a Câmara trabalhava, um sinal que combatia as instituições, referindo-se em particular à Quercus, que tinha inviabilizado a venda de lotes em Vilarinho do Bairro, e que a Câmara tinha recorrido e ganho, tendo até já vendido quatro ou cinco lotes e iria vender o resto. Referiu, ainda, que quando um alto dirigente da Quercus, chamado a depor em Tribunal nessa causa,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse claramente que havia mais de um ano que não ia ao local, isso demonstrava claramente o país que tinham. Portanto, concluiu que se não houvesse indivíduos com luta, como muitos dos Senhores Deputados, e como ele próprio se sentia daquele local, naturalmente não sairiam dali.-----

----- Por isso, disse que, felizmente, até àquela altura, o Senhor Deputado poderia procurar uma resenha dos processos que a Câmara tinha perdido e poderiam dizer claramente que até ao momento não tinha perdido nenhum, porque contrariamente ao que diziam, a justiça, ou pelo menos quem julgava, ainda ia pensando pelos seus próprios meios, pela sua idoneidade profissional e não ia atrás daquelas leis que infelizmente só a quem decidia cada vez dificultava mais. Concluiu, assim, que a morosidade, como tinha dito, não era exatamente dos Tribunais, mas era do Parlamento e de outros que mandavam para os Tribunais leis que eram muitas vezes de qualidade duvidosa.-----

----- Concluída a resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal às interpelações do Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, e uma vez que se encontravam parcialmente concluídas as obras de requalificação da estrada que liga Avelãs de Caminho a Aguada de Baixo e São João de Azenha à IC2, no cruzamento para São João de Azenha, e indo ao encontro das aspirações de alguns cidadãos de São de Azenha que moravam junto à Fonte de São João, se aquando da adjudicação da obra o empreiteiro não tinha assinado o contrato da mesma e deixado um fundo de garantia para a conclusão da obra, porque não tinha sido feito o passeio, conforme estava em parte da obra, nem o acesso a algumas residências, nem a conclusão da obra no sentido nascente à IC2. Assim, perguntou também ao Senhor Presidente se a obra era para ser acabada ou se a dava ali por terminada.---

----- Apresentou, entretanto, um pedido de esclarecimento solicitado por um munícipe de Sangalhos que há dois anos se tinha apresentado à Assembleia no sentido de saber da ligação do saneamento na Rua das Fontainhas, em Sangalhos, junto à antiga fábrica "Sangal". Explicou, assim, que o munícipe tinha pretendido saber por que motivo a sua filha, que se encontrava a construir uma habitação naquela Rua, e a quem, na fase de aprovação do projeto lhe tinham exigido a construção de uma fossa, não poderia efetuar a ligação à rede pública de saneamento na referida rua, que já existia. Recordou, também, que o munícipe tinha sido informado na altura pelo Senhor Presidente da Câmara que iria ser feita uma elevatória para conduzir o saneamento dessa rua para a ETAR.-----

----- Assim, e uma vez que a Câmara, como dizia o Senhor Presidente, tinha um saldo líquido de quatro milhões, o Senhor Deputado considerou que não fazia sentido não existir ainda em Sangalhos a ligação na totalidade à rede de saneamento. E, como tal, deu a conhecer ao Senhor Presidente que esse mesmo munícipe lhe tinha pedido para fazer essa pergunta, uma vez que não iria poder estar presente.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Também, tendo em atenção que o Senhor Presidente tinha dito que o PDM estaria por um fio já, e se calhar ainda seria uma prenda de natal para o concelho, e tendo igualmente em atenção a divisão do território do concelho de Anadia, recordou que há dias tinham sido confrontados com uma comunicação na imprensa regional de que a população do Videeiro, sentindo-se um pouco desprezada pelo Município, tinha feito um referendo a pedir a desvinculação da Freguesia de Sangalhos para passar a fazer parte da Freguesia de Aguada de Baixo, referendo esse que foi aprovado por unanimidade.-----

----- Nessa conformidade, o Senhor Deputado perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se teria ou não intenção de fazer a ligação do saneamento à ETAR, até porque na zona existiam algumas empresas e um restaurante, este último que tinha sido impedido de laborar pela ASAE, por extrair água de um poço para consumo alimentar que estava inquinada. E, portanto, pediu ao Senhor Presidente, uma vez que a Câmara não tinha dificuldades económicas, tinha fundo financeiro autossuficiente, para fazer a ligação do saneamento naquele local, bem como na povoação do Videeiro, e pediu, também, para o Senhor Presidente olhar um pouco mais para aquele lugar, que até era um lugar bonito e vinha sendo esquecido pela Câmara e também, em parte, pela Junta de Freguesia.-----

----- Para dar resposta às questões colocadas pelo Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Sobre a requalificação da estrada de Avelãs de Caminho a Aguada de Baixo e São João de Azenha, o IC2, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer tratar-se de uma obra com projeto financiado pela Comunidade Europeia e tinha de estar cumprido, sob pena de lhe serem subtraídas verbas. Portanto, como a Câmara de Anadia cumpria os seus projetos, seria uma questão de ver, mas não acreditava que isso acontecesse. Acreditava, sim, que pudesse faltar fazer.-----

----- Quanto ao Videeiro, começou por comentar que tinha feito um referendo para ir para outro lado e ele, como Presidente da Câmara, e em especial quando decidido em referendo, não iria criar qualquer obstáculo às populações. Aliás, disse que seria o primeiro, embora o referendo não fosse vinculativo, mas se tivesse de o ser, a estar com as populações, porque se era para melhor, concordaria com a mudança. E aproveitou para recordar que a terra do Senhor Deputado João Morais, Sangalhos, ou parte dessa população, também queria passar para Oliveira do Bairro. Por isso, concluiu que essas situações se fossem ao gosto das pessoas, e se trouxessem realmente vantagens às populações, o Presidente da Câmara seria incapaz de tomar uma posição contrária.-----

----- No entanto, também afirmou que isso não o motivaria para fazer mais ou menos obras. E acrescentou que quando o Senhor Deputado dizia que a Câmara de Anadia podia fazer tudo até porque tinha desafogo financeiro, era verdade, tinha, no momento, mas não poderia deixar de o lembrar que os Senhores Deputados iriam aprovar um orçamento que comprometia esse



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinheiro e, como tal, não podia garantir ao Senhor Deputado João Morais que iria resolver os problemas deste ou daquele município de forma individualizada, porque a Câmara Municipal não trabalha assim. Referiu, assim, que quando pudesse apoiar os munícipes, o faria claramente. Mas não poderiam relacionar o dinheiro que tinham e que já estava com certeza condicionado pelo próximo orçamento.-----

----- Em termos de ligação do saneamento no Videiro, esclareceu que haveria várias formas de resolver aquela situação, mas a Câmara tinha tido alguma dificuldade em fazer o contacto com os Serviços Municipalizados de Águeda, no sentido de permitirem, pela facilidade da Câmara de Anadia, a ligação ao saneamento deles, pagando a Câmara de Anadia as taxas ou dando-lhes as taxas que cobra para isso. Seria uma questão de conversar.-----

----- Finalizou, revelando ao Senhor Deputado João Morais que o Videiro tinha águas boas e que também gostava daquele lugar, mas o dinheiro iria ser, com a colaboração da Assembleia, aplicado nos casos mais pequeninos e nos maiores. A Câmara iria tentar responder a essas situações com o que tem, sem estar dependentes de outros, porque se estiver, cada vez recebe menos.-----

----- Finalizada a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal às questões do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado tomou a palavra apenas para referir que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não tinha dado resposta à questão colocada sobre o anseio de um município que se tinha apresentado numa sessão da Assembleia Municipal dois anos antes, o Senhor Rosmaninho, relativamente a uma questão na Rua das Fontainhas, em Sangalhos. Renovou, assim, o pedido de uma resposta da parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal para poder transmiti-la ao município.-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar a resposta em falta.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, prontamente, também, disse ao Senhor Deputado que a Câmara Municipal iria tentar resolver a situação exposta.-----

----- Completada a resposta, e não havendo qualquer outro pedido para intervir naquele período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado.-----

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto dois da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta de integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia na Câmara Municipal, bem como aprovação da proposta de estrutura de organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea m), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA*".-----

----- Apresentado o segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do mesmo.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal considerou que se havia documentos que facilmente se poderiam interpretar, aquele, da integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia na Câmara de Anadia, era um deles, porque os serviços Municipalizados da Câmara de Anadia, por força das leis em termos de contratação de pessoal, estavam a tornar-se insustentáveis por falta de capacidade de resposta (já só tinham cinquenta e poucos funcionários) em termos de apoio aos munícipes, por se tratar de um serviço que tinha de ser muito personalizado.-----

----- A acrescer a esse facto, explicou que apareceu uma lei que limita as chefias, reduzindo de oito para seis os funcionários de chefia na Câmara e nos Serviços. Além disso, com todas essas dificuldades de contratação e outras, que realmente complicavam a situação, informou haver ainda permanentemente um desafio de aquisição por parte de privados, alguns dos quais portugueses falidos, como as Águas de Portugal. Aproveitou para sublinhar que não fosse a teimosia e a atitude tomada na Assembleia, estariam atualmente nas condições que em que se encontravam todas as Câmaras que tinham alienado aquele tipo de serviços.-----

----- Portanto, esclareceu que a Câmara de Anadia tinha entendido que os Serviços associados à Câmara, além da proximidade em termos de decisões, teriam muito mais possibilidade de controlo, quer em termos humanos, técnicos ou até financeiros. E, nesse sentido, tinha entendido, realmente associá-los. Sublinhou, ainda, que não traria prejuízos para os funcionários que seriam diretamente afetos à estrutura municipal, portanto iriam fazer parte dos quadros da Câmara Municipal, no caso de os Senhores Deputados aprovarem a proposta, claro, e, dessa forma, seria criada uma estrutura mais sólida, de maior dimensão, que daria resposta aos tempos de globalização e que contribuiria para a sua sustentabilidade.-----

----- O Senhor Presidente referiu, ainda, querer, naturalmente, demonstrar que aquilo que pretendiam era o bem do munícipe de Anadia. E aproveitou para informar que mesmo com a redução de vinte e cinco por cento na água, feitas as contas, continuavam a ter lucro, um exemplo claro de como se gere no concelho.-----

----- Assim, referiu que tinha apresentado a proposta ao Executivo Municipal e que tinha tido naturalmente em conta aquilo e aqueles que quiseram esclarecer-se e entenderam dar algumas sugestões para aquela solução. Deu também a conhecer que não tinha tomado aquela decisão se o conhecimento dos trabalhadores, que numa reunião realizada naquela mesma sala tinham sido unânimes em concordar com aquela decisão. Portanto, concluiu que estava mandatado do pessoal dos Serviços Municipalizados para tomar aquela iniciativa, que tinha tomado na Câmara, e que entretanto submetia aos Senhores Deputados que tinham o veredicto final.-----

----- Para uma primeira intervenção naquele segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado disse que gostaria de discutir aquela questão em dois planos. Um



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeiro plano, para dizer que de facto o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha uma confiança na Assembleia que lhe permitia dar ao luxo de apresentar um ponto que claramente implicava com o ponto seguinte, ou seja, se aquele ponto não fosse aprovado, o seguinte nem sequer poderia ser discutido, e portanto, tinha clara confiança naquela Assembleia e no facto de que ao aprovar aquele ponto poderiam seguir normalmente a ordem de trabalhos.-----

----- O segundo plano tinha a ver com a análise da proposta que era apresentada, pois, de um modo geral, também não via inconvenientes. Declarou-se, desde logo, favorável à proposta que era apresentada. Não obstante, disse não concordar com todos os pontos da fundamentação que eram apresentados, por considerar que alguns eram de análise duvidosa, aceitando a grande maioria dos pontos apresentados.-----

----- No entanto, disse que o facto os Serviços serem integrados na Câmara Municipal, não significaria que as águas estivessem mais seguras. Isso dependeria de quem viesse a seguir, porque, como o Senhor Presidente sabia, a alienação das águas poderia sempre ser decidida pela Câmara Municipal. E, portanto, não era pelo facto de ser integrado na Câmara Municipal que teriam a segurança de que as águas continuariam a pertencer ao concelho de Anadia, rematando que em sua opinião deveriam continuar a pertencer.-----

----- Entretanto, e sobre o anúncio de que a água baixaria vinte e cinco por cento no Município de Anadia, disse esperar bem que essa baixa da água não se traduzisse num aumento do saneamento. Portanto, esperava bem que o equilíbrio continuasse a funcionar e, portanto, que aquela integração, no fundo, fosse uma integração que permitisse ganhar mais eficácia. O que, no fundo, disse penso já existir em termos práticos, só que achava por bem que fosse passado da prática à formalização.-----

----- Portanto, relativamente à proposta em si, declarou dar de bom-tom e de barato a bondade da proposta. No entanto, deixou um alerta para um facto que lhe parecia realmente importante e que reiterava, o facto de a integração dos Serviços na Câmara não ser garantia, por si só, de que amanhã não pudesse haver alienação desses serviços, ou pelo menos das águas. E revelou, então, que isso, de certa maneira, relativamente ao concelho de Anadia, o preocupava, assim como também pensava ter preocupado o Senhor Presidente da Câmara e toda a gente, por reconhecerem que de facto o local correto, no caso de Anadia, era efetivamente que as águas continuassem a pertencer ao Município e que continuassem a ser donos dos seus próprios destinos naquela matéria.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes na sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado considerou estarem a discutir dois pontos no mesmo. Portanto, disse que iria reservar-se ao direito de falar sobre aquele, e depois sobre o seguinte, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara também só tinha falado sobre o problema dos Serviços.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Referiu, então, que da experiência que tinha tido naquelas áreas, e aliás a experiência a nível nacional, quando reafetavam um serviço já com uma determinada experiência naquela área a outros, dava sempre mau resultado. Deu exemplos como a DGEMN, o IPAR, entretanto IGESPAR, e entretanto DRCC que iam mudando e cada vez vai para pior, porque as pessoas se tinham especializado a fazer aquilo só e, portanto, faziam melhor que qualquer outro.-----

----- Depois, por outro lado, disse corroborar também das palavras do Senhor Deputado Rui Marinha, porque efetivamente aquilo nada garantia. Aliás, referiu que se a Câmara se vir numa situação aflita, se calhar até facilitaria a hipótese de entrega das águas ou de as concessionar.--

----- Por outro lado, revelou que estava à espera que num documento daqueles tivesse sido feita, pelo menos, uma análise SWOT, que era o mínimo que se pedia, para saber quais seriam os problemas, quais seriam as vantagens, quais seriam as desvantagens, o que não aparecia. Para além de que apareciam uma série de coisas com as quais não concordava, que eram mais de metade, na fundamentação.-----

----- Passou, então, a dizer que quando era falado em obter ganhos na economia de escala, não se obteria nada porque o CCP já previa que pudesse haver uma central de compras entre vários serviços ou que os vários serviços se pudessem associar para comprar material, tendo dado o exemplo da Câmara do Porto, que compra em conjunto com a Universidade, com o objetivo de obter preços muito mais baixos. Portanto, considerou que essa não cabia ali, poderia ser feita de outra maneira, os Serviços e a Câmara poderiam trabalhar, ter um sistema de compra para todos.-----

----- Em relação ao planeamento, e à harmonização dos serviços, disse que lhe parecia também não caber ali, porque se a Câmara utilizasse qualquer sistema de gestão, ou CAF, ou estivesse certificada ou caminhasse para a certificação, isso estaria feito naturalmente, quer dizer, não era preciso fazer uniformização porque os procedimentos já estavam todos uniformizados.-----

----- Quanto a obter ganhos de operacionalidade, considerou que a Câmara iria perder, claramente, porque já tinha passado por isso, por vários serviços, em que afetavam serviços específicos, que estavam habituados a fazer só aquilo, a outras atividades, e depois era toda a gente a fazer a mesma coisa e não dava resultados.-----

----- A terminar, e sobre o planeamento rigoroso, disse competir ao Senhor Presidente, já não lhe compete a si. No entanto, sobre as restantes, reiterou ter muitas dúvidas que a passagem dos Serviços para a Câmara viesse melhorar a qualidade dos serviços que se iriam produzir.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções na discussão daquele segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Cumprimentados os presentes na sua primeira intervenção da sessão, e desde logo apresentados os votos de boas festas a todos os colegas de Assembleia, o Senhor Deputado começou por dar a conhecer que como representante da Assembleia na CIRA, não havia assembleia nenhuma da CIRA, e os seus colegas do PS poderiam corroborar o que estava a



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizer, onde não houvesse, pelo menos, cinquenta por cento do tempo a discutir o imbróglio que era a AdRA e as Águas de Portugal e o dinheiro que deviam, e as tarifas, e as obras que não eram feitas, e por aí fora.-----

----- Entretanto, e apesar de os Deputados do CDS terem de ser contra, porque qualquer medida que fosse tomada para manter os serviços e não privatizá-los e dar os melhores anéis do concelho a outros para ganharem dinheiro, obviamente que eles teriam de ser contra, considerou que a ideia da Câmara, e do Senhor Presidente, e com o apoio dos restantes membros da Câmara Municipal, era proteger o município de toda aquela sede interminável de bons negócios que percorria o país.-----

----- Atento a essa realidade, ousou propor, apesar de não saber se seria possível, que naquela Assembleia fosse feito um exercício talvez de protecionismo e que se fosse mais longe, no sentido de trancar, de alguma maneira, os estatutos dos Serviços à maneira de ter que haver uma maioria qualificada para tomar decisões quanto à sua privatização ou alienação. Porque, repetiu, disse que gostava que todos os membros da Assembleia tivessem oportunidade de ir a uma qualquer assembleia da CIRA, e adiantou que inclusivamente iria propor na CIRA para fazerem um ponto especial todas as assembleias para discutirem os problemas da AdRA, e seria o último ponto, para assim os Deputados de Anadia poderem vir embora no penúltimo ponto, uma vez que nada tinham a ver com aquilo.-----

----- A concluir, reconheceu desconhecer se iria ser bom ou mau em termos de organização, mas disse pensar que os serviços continuarão a funcionar exatamente igual, os orçamentos continuarão exatamente igual, irá continuar tudo igual. A única diferença, acrescentou, é que iria ser muito mais difícil alguém deitar a mão aos serviços, pelo que se a Assembleia pudesse tornar isso ainda mais difícil, fazia um repto aos seus colegas para pensarem e analisarem a maneira de o fazer.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que por certo a Câmara Municipal iria ter em consideração as opiniões do Senhor Deputado. Não obstante, lembrou o Senhor Deputado de que aqueles pressupostos faziam parte das obrigações da Câmara Municipal, e não da Assembleia Municipal, pelo que teriam de esperar que fosse a Câmara Municipal a alterar esse mesmo regulamento.-----

----- Prontamente, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que em resposta ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, reconheceu ter mesmo confiança na Assembleia, apesar de não em todos os seus membros, como seria normal. Sublinhou que tinha confiança, e naturalmente no Senhor Deputado, porque aquilo que lhe estava a dizer era também a sua preocupação, por saber que aquilo não resolvia tudo. E, apesar de concordar com a proposta do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, não sabia se seria legal, mas seria uma questão a averiguar e, sendo possível, porque que não haveriam de fazer.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado Rui Marinha, começou por lhe dar a conhecer que também tinha preocupação, por isso a Câmara tinha dois furos, em Anadia e um em Levira (Fojos), suficientes para o consumo, apesar das muitas roturas que já foram melhoradas. No entanto, e apesar de a Câmara conseguir dar resposta com aqueles furos, informou que atualmente já tinha em Óis, na Mata, em Ferreirinhos, na Azenha, em Levira, em Sangalhos (dois furos, um na zona industrial e outro junto ao Velódromo), junto às piscinas, no estádio, o que queria dizer que já tinha duplicada a sua capacidade de fornecimento de água. E em Espairo, que só esse dava tanto como o maior furo de Anadia.-----

----- No entanto, referiu que a questão era a Câmara ter sustentabilidade em água, em qualidade, por se tratar de águas subterrâneas, de alguma profundidade, que atravessam zonas específicas de terreno, desde arenoso, argilo-calcário, etc.. Portanto, concluiu que o concelho de Anadia tem realmente um produto endógeno, seu, pelo que considera um crime, e disse não acreditar que aqueles que os haveriam de suceder fossem capazes de vender só porque não tinham tido capacidade de administração do seu território sem porem a mão à sua dama dourada - a água de Anadia.-----

----- Quanto à redução do preço da água disse ser possível porque a Câmara não tem ninguém a mandar em si. Já no saneamento referiu não ser assim, uma vez que o saneamento beneficiou de fundos comunitários, alguns deles a oitenta e cinco por cento, negociados pela Câmara, claramente, e que permitem uma cobertura de noventa e cinco por cento do concelho, ficando apenas de parte as situações pontuais que o Senhor Deputado João Morais falou, que a Câmara vai tentar chegar a todos. Assim, explicou que para a Câmara conseguir esses financiamentos, teve de se submeter a regras, assumir compromissos de até dois mil e vinte e cinco o saneamento ter de estar ao preço que têm de estar todos aqueles que pertencem a uma recolha de saneamento ligada às infraestruturas, como no caso da ERSUC e outras. E o Município tem esse compromisso.-----

----- Mesmo assim, e apesar da atualização efetuada de acordo com o compromisso assumido no âmbito do saneamento, referiu que, mesmo com todas essas atualizações, saneamento, águas e recolhas de lixo, os Senhores Deputados poderiam ver, por certo, que a Câmara de Anadia ainda estava muito longe de todas as Câmaras, de algumas vizinhas que cobravam o dobro. Portanto, com toda essa gestão, disse pensar estarem no bom caminho.-----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, disse que, ao contrário dos organismos que tinha falado, que mudavam o nome e as pessoas, na Câmara de Anadia ficava tudo na mesma, porque eram águas na mesma, era saneamento na mesma, era gerido provavelmente pelos mesmos, mas tinha uma cobertura orçamental bem diferente, muito mais abrangente, porquanto se poderia candidatar a obras muito mais valiosas do que fazia até então. Sublinhou, também, que havia uma série de regras que eram melhoradas, e que eram totalmente diferentes.-----

----- Relativamente à questão da central de compras do Estado, o Senhor Presidente da Câmara



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse preferir atuar com transparência, fazendo concurso público que possa abranger todos e quaisquer concorrentes do concelho ou fora dele, nem que seja para aquisições de pequenas quantidades. Portanto, declarou-se contra as centrais de compras, até por considerar que será algo que mais tarde ou mais cedo irá acabar, porque os monopólios, naturalmente, também irão acabar.-----

----- Esclareceu, assim, ao Senhor Deputado que tudo tinha sido feito com transparência, aceitando que foi o melhor para os Serviços e para as pessoas, e se alguém tivesse a coragem de vender os Serviços, com certeza que não se atreveria a vender as pessoas porque essas passavam a fazer parte integrante dos quadros da Câmara Municipal. E, por isso, informou que os trabalhadores não tinham sido enganados, sabem que têm o seu posto de trabalho garantido enquanto existir Câmara, quer acabe o serviço, quer se venda quer não venda.-----

----- Portanto, sublinhou que tinha sido feito um trabalho em defesa dos trabalhadores, em defesa de uma empresa, que, por pequena, começava a não cumprir os rácios atualmente exigidos.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, disse não ter conselhos a dar, porque se pudesse fazer algo dessa natureza, seria de imediato. Contudo, adiantou que iria averiguar, porque defender as águas de Anadia era defender um património que no país não existe património igual, que na sua opinião não pode ser vendido. Mais, assegurou que enquanto fosse vivo, defenderia sempre as águas de Anadia por considerar um motivo de orgulho para si.-----

----- A finalizar, comentou que tinha sido feita política com o facto de o Rui Rio ter descido a água um por cento, com todas as parangonas dos jornais, quando a Câmara de Anadia desceu vinte e cinco por cento e não tinha visto isso escrito em lado algum. Mas também disse não lhe interessar, queria sim que os munícipes o sentissem. E eles sentem, rematou.-----

----- Finalizada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por se manifestar entristecido com o facto de toda aquela equipa estar de saída.-----

----- Quanto ao assunto das águas, aproveitou para relembrar afirmações de um membro do Governo que já se encontra demissionário, proferidas naquela mesma sala, o Senhor Secretário de Estado Jorge Moreira da Silva, aquando da aprovação dos projetos da Regeneração Urbana de Anadia, da Curia, do saneamento do concelho e da Remodelação da ETAR de Sangalhos, que disse ter sido muito perentório e muito esclarecido. Então, aproveitou, também, para recordar que na altura o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe tinha feito três pedidos. Um deles, que já não vinha como prenda de natal, como o Senhor Presidente dizia, que era o PDM. Recordou, assim, que o Senhor Presidente lhe tinha pedido a aprovação do PDM, a aprovação de todos aqueles projetos, a aprovação do empréstimo que a Assembleia depois veio a aprovar



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e que entretanto foi anulado pelo Tribunal de Contas e, também, o nó de acesso à A1.-----

----- Como resposta, lembrou que o Senhor Secretário de Estado lhe tinha dito, em relação à aprovação dos projetos, que tudo iria fazer para que acontecesse o mais urgente possível. Quanto ao PDM, disse não ser da sua competência, porque tinha ele delegado para o Ministério das Obras Públicas, bem como o acesso à A1.-----

----- Mas o Senhor Deputado destacou algo que o Senhor Secretário de Estado tinha explicado, que o Ministério do Ambiente, por ordens externas, da Troika, não poderia salvaguardar o património das águas do concelho de Anadia, porque tinha exigências. Portanto, o Senhor Deputado referiu que como estavam a ser impostas leis ao Governo, se calhar, a Assembleia não teria capacidade para impedir isso, pelo facto de a Câmara estar a receber verbas comunitárias, para o saneamento, para a canalização da água, concluindo que ao serem atribuídas essas verbas ao Município, também lhe seriam impostas outras ordens, que era o futuro da privatização das águas do país.-----

----- Continuando, referiu que também teriam de admitir, por algo que aquele responsável pelo Governo tinha dito, que as taxas do saneamento e da água teriam de subir. E, então, estando naquela sessão a ser confrontados com aquela situação, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se já tinha sido convidado à venda ou não, ao antecipar a garantia dos postos de trabalho dos trabalhadores dos Serviços, que considerava tratar-se de uma medida cem por cento humana.-----

----- Sobre essa questão, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tinha ficado salvaguardada a antiguidade dos trabalhadores dos Serviços na Câmara, por ser algo importante que os trabalhadores deveriam saber salvaguardar.-----

----- De seguida, perguntou também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, no caso de a Câmara, por imposição da *Troika*, ser confrontada com a privatização das águas, e se a Assembleia Municipal reprovar a venda das mesmas, se a Assembleia tem capacidade ou não para impedir essa venda, porque, sendo a água propriedade do concelho, ao contrário da saúde que é do Governo, não a poderia perder. No entanto, e a terminar, no caso de o Governo não respeitar a decisão da Assembleia, o Senhor Deputado perguntou se o Senhor Presidente da Câmara assumia ou não a responsabilidade pela defesa do património que é as águas e que é invejável no país.-----

----- Para dar respostas às perguntas colocadas pelo Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Em termos de pessoal, esclareceu estar tudo salvaguardado, tendo os trabalhadores as suas regalias como se estivessem nos Serviços. Adiantou que a primeira intenção tinha sido a de acautelar a situação dos trabalhadores dos Serviços na Câmara. Portanto, esclareceu que depois de aprovada a proposta, eles passariam a ser trabalhadores com todas as regalias dos trabalhadores da Câmara, não havendo prejuízos nem para uns nem para outros, porque as



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situações não chocavam, seriam trabalhadores de corpo inteiro na Câmara.-----

----- Quanto à sua responsabilização pela privatização, declarou que não se poderia responsabilizar por nada. No entanto, assegurou que se for Presidente da Câmara opor-se-á sempre e se naturalmente já estiver na situação de munícipe, também, dentro das suas possibilidades, estará sempre.-----

----- Aproveitou para esclarecer que tinha tido o cuidado de as águas de Anadia nunca recorrerem a fundos comunitários. Portanto, por isso, não tinha qualquer compromisso. Poderia baixar ou subir o preço da água que seria um problema seu e da Câmara.-----

----- Portanto, em relação ao proposto pelo Senhor Deputado António Rafael Timóteo, referiu, a concluir, que aquilo que poderia ser feito, e comprometeu-se a isso, era estudar uma maneira de blindar as águas de Anadia, tratando-se de um assunto que não lhe poderia responder naquele momento.-----

----- Apresentada a resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não vendo qualquer outro pedido de intervenção naquele período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão, tendo submetido, de imediato, à votação dos Senhores Deputados a Proposta de Integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia na Câmara Municipal, bem como a proposta de estrutura de organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea m), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta de Integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia na Câmara Municipal, bem como a proposta de estrutura de organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea m), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU e do Senhor Deputado Municipal Independente José Cerveira Lagoa, dois votos contra, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e zero abstenções, encontrando-se ausente a Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro, Mário Augusto Carreira Heleno.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto três da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da Proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e treze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA*".-----

----- Apresentado o ponto três da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir tratar-se de um orçamento que pela primeira vez era já abrangente às despesas e às receitas dos Serviços Municipalizados, dotações e despesas essas que normalmente viriam nos mapas do orçamento para os Serviços, mas que tinham acabado por ser ali incluídas, o que acabava por lhes dar algum ênfase em termos de números.-----

----- Referiu, também, ser um orçamento relativamente menor este ano, mas como tocava um pouco com as despesas e com as receitas dos Serviços, atingia aquele número de trinta e um milhões, seiscentos e vinte e cinco mil e seiscentos euros.-----

----- Considerou, ainda, tratar-se de um orçamento que toda a gente teria de reconhecer que se encontrava muito próximo da realidade, mais realista talvez que os anteriores. Nessa conformidade, explicou que como compreenderiam, estando o Executivo em fim de mandato, era necessário ter o cuidado de não deixar para os seus seguidores situações que eventualmente pudessem trazer-lhe problemas de ordem financeira. Portanto, afirmou que a maioria no Executivo tinha tido esse cuidado, pelo que tudo o que se encontrava inscrito em termos de receitas era aquilo que efetivamente pensavam que iriam receber, e em despesas aquilo que efetivamente iriam gastar.-----

----- Não obstante, não deixou de referir que naturalmente um documento daquela natureza era sempre previsional e não iriam dizer que poderiam ter as receitas que tinham de forma garantida, ou as despesas, porque, de outra maneira, não seria um orçamento. Até porque, acrescentou, tinham sempre imponderáveis, ou do Tribunal de Contas, ou de falências de empreiteiros, ou até algum desvio orçamental por situações que lhes escapassem. E, portanto, dentro dessa lógica, considerava efetivamente tratar-se de um orçamento que à partida teria muito pouca alternativa em termos de substituição de itens ou capítulos que dele constavam, concluindo ser um orçamento que sinceramente acreditava que iria ser aprovado porque se tratava, efetivamente, do melhor orçamento que a Câmara poderia organizar para o seu Município.-----

----- Uma vez feita a introdução por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, para uma primeira intervenção no período de discussão do terceiro ponto da ordem do dia.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes e de aproveitar para desejar boas festas e felicidades a todos naquela quadra e por todo o ano que iria chegar, o Senhor Deputado referiu que os Deputados do Grupo Municipal do PS tinham analisado o orçamento e que os Vereadores do PS também já tinham manifestado as suas opiniões na reunião do Executivo Municipal.-----

----- Constatou, assim, que da análise do documento verificaram algumas rubricas que se salientavam, nomeadamente a do saneamento, comentando que esperavam que fosse para a conclusão de um projeto, de um melhoramento que há muito tempo o PS vinha reclamando



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.-----

----- Constatou terem verificado, também, que havia um grande incremento na rubrica dos transportes rodoviários, assim como tinham verificado que no caso das estradas havia muito trabalho para fazer, havia muita obra que se revelava absolutamente necessária, pelo que esperavam que assim fosse, rematou.-----

----- Entretanto, recordou que os Vereadores do PS também tinham observado outras dotações que saíram reforçadas, nomeadamente na cultura, no abastecimento de água, no meio ambiente, na proteção civil, tudo rubricas que tinham que ver com a qualidade de vida. Nessa medida, declarou que salientavam aquilo com apreço, assim como uma distribuição mais equilibrada por programas do que nos orçamentos anteriores.-----

----- Constatou haver, portanto, alguma aproximação a prioridades que o PS desde sempre vinha defendendo, nos últimos anos. Contudo, sublinhou não se tratar do programa do PS, mas do PSD, que respeitavam, não era o seu programa.-----

----- Por isso, adiantou que a posição do Grupo Municipal do PS não era contra, pelo que, à semelhança do que tinha acontecido no ano anterior, iriam abster-se. Por outro lado, não deixou de manifestar o receio do Grupo Municipal do PS, ao ponto de algumas reservas relativamente à taxa de execução daquele orçamento, porquanto a experiência que vinham tendo dos últimos anos era que normalmente ficava abaixo dos cinquenta por cento.-----

----- E, portanto, mesmo assim, tratando-se do último orçamento daquele ciclo de quatro anos, daquele mandato, o Senhor Deputado declarou que faziam votos para que ao menos a sua execução fosse boa, fosse razoável, e que os que viessem a seguir apreciar a boa execução das contas do ano dois mil e treze pudessem congratular-se com objetivos cumpridos, em termos de saneamento concluído, em termos de estradas em bom estado, etc., na medida em que isso contribuiria para o maior desenvolvimento do concelho e para a melhor qualidade de vida dos cidadãos do concelho de Anadia, pois, congratulavam-se.-----

----- Para uma segunda intervenção na discussão do terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Efetivamente uma palavra, antes de falar do orçamento, falar também da atitude, nomeadamente dos partidos da oposição, particularmente do PS. É muito bonito vir dizer que os orçamentos não são executados, todos os anos, consecutivamente, se absterem relativamente ao orçamento, dão uma no cravo e outra na ferradura e depois acabam sempre por não tomar posição nenhuma, quando a podiam tomar, ao contrário do que fazem a nível nacional, em que votam contra um orçamento, que votando contra prejudicaria o nosso país levando-o à banca rota. Aí votam contra. E aqui, a nível municipal, tomam a posição, nem é carne nem é peixe, eles não executam nada, mas nós vamo-nos abster. Vamo-nos abster porque não sabemos o que é que vem aí. Pois não pode ser esta a postura. Ou somos a favor das execuções que são



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

demonstradas pela Câmara, ou somos contra. Não há cá meio-termo. Se vêm dizer que não é executado o orçamento, só têm é que votar contra, não é absterem-se.-----

----- Depois, relativamente ao próprio orçamento, efetivamente quando dizem que não há execução, isso é um argumento para votar contra, porque nós continuamos a não ter execução nenhuma em determinadas rubricas, ou muito pouca, nomeadamente na ação social e no turismo.-----

----- Na ação social, a previsão que existe, além de não existir execução também não há previsão, que ainda é mais grave. Porque até podia haver previsão e depois haver alguma execução, mas não há sequer previsão. A ação social é nula, praticamente. Continuamos a ter mais dinheiro gasto em campos sintéticos de futebol do que previsões para instituições sem fins lucrativos.-----

----- O apoio às Freguesias, por parte da Câmara Municipal, anual, cem mil euros. Gasta-se mais em campos sintéticos.-----

----- A nível do turismo, nem vale a pena mencionar, porque isto é irrisório, praticamente. Quer dizer, um concelho que quer ter desenvolvimento económico, que tem, como tem o nosso, a particularidade de ter três Termas, três águas únicas. Eu não sei qual é o concelho que tem três Termas no seu perímetro geográfico, mas nós podíamos ter isso como um chamariz de atividade económica. Temos as águas dos Banhos, temos as águas da Curia e temos as águas de Vale da Mó. E continuam a prever este tipo de investimentos tão irrisórios no que diz respeito ao turismo. O turismo devia ser uma área mais apoiada porque cria mais emprego e mais desenvolvimento económico.-----

----- Portanto, este orçamento acaba por não demonstrar efetivamente aquilo que tem vindo a acontecer. É um mau presságio para aquilo que efetivamente vai acontecer. Se ele não tem sido executado na sua totalidade, cerca de metade é que tem sido executado, portanto, se diminuem agora a previsão, muito menos será executado neste próximo ano."-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Em resposta às palavras proferidas pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Deputado Cardoso Leal declarou-se algo surpreendido porque pensava que a preocupação do CDS deveria ser comentar, criticar a proposta apresentada pela Câmara, mas, em vez disso, pelos vistos, punha-se a comentar os outros partidos da oposição e até a dar-lhes conselhos.-----

----- Não tendo deixado de agradecer os conselhos do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Deputado Cardoso Leal passou também a dar um conselho em contrapartida, no sentido de o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular tratar da sua maneira de fazer oposição, da sua maneira de fazer política, da sua maneira de convencer os eleitores, e deixar os Deputados do PS tratar de si próprios, daquilo que achavam que deveria ser a sua maneira



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de convencer os eleitores a votar nas suas ideias, no seu programa.-----

----- A não ser, como disse, que o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco quisesse também inscrever-se no PS, tendo, para o efeito, que se inscrever com dois proponentes e depois seria submetido a uma avaliação.-----

----- A concluir, esclareceu que o Grupo Municipal do PS tratava do programa que constava da sessão da Assembleia e normalmente não comentava o que os outros partidos faziam. Cada um faria o melhor que entendesse e era isso que os Deputados do Grupo Municipal do PS queriam também fazer com a sua autonomia.-----

----- Na continuação do período de intervenções na discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado referiu pretender apenas dar uma palavra de apoio ao seu colega Deputado Cardoso Leal. Aproveitou para dizer que o CDS se sentia um pouco sozinho e não gostava de se sentir sozinho, fazendo lembrar a história daquela mãe que vai ver o filho a jurar bandeira e que diz: vejam, quinhentos homens, todos marcham mal, só o meu filho é que marcha bem.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que pelo que tinha ouvido do Senhor Deputado Cardoso Leal, tinha feito uma crítica à sua maneira, responsabilizando o seu próprio partido pela atitude que tomava, porque com certeza tinha lido com atenção tudo o que lá estava. Iriam decidir, até porque era um direito que lhes assistia e que incontornavelmente era a expressão mínima daquilo que se poderia e deveria fazer em democracia.-----

----- Quanto às diretrizes que o CDS deu ao seu militante responsável aqui nesta Assembleia, comentou que parecia não andar na escola do CDS, ou então, ser dos piores alunos do CDS, porque não entendia. E, como tinha dito o Senhor Deputado António Rafael Timóteo, havia pessoas que mesmo andando ao contrário, pensavam ser elas que estavam certas.-----

----- Assim, referiu que estavam a discutir o orçamento e a primeira atitude do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco tinha sido criticar o sentido de voto do Grupo Municipal do PS. Nesse caso, considerou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal teria de lhe dizer claramente que o momento e a ordem de trabalhos era a discussão do orçamento. Mas, também, não deixou de referir que o Senhor Presidente da Assembleia já sabia com quem lidava, e antes que as pessoas ficassem um pouco agitadas, até tinha deixado falar.-----

----- Sobre a crítica de que a Câmara Municipal não gastava na ação social, comentou que o Senhor Deputado não deveria saber ler o orçamento, porque não via o número de crianças do concelho que era subsidiado, veria, provavelmente, apenas as candidaturas que tinham sido apresentadas no âmbito do apoio social que a Câmara Municipal dá às famílias.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Aproveitou, também, para dar a conhecer que ainda recentemente a Câmara tinha dado um pequeno cabaz a todas aquelas pessoas que estavam sinalizadas pelas Instituições de Solidariedade Social, que só quem tinha estado presente poderia ter visto, as dificuldades das pessoas que receberam o cabaz em se apresentar de cara levantada, por estarem inundadas de vergonha para receber tão pouco. E, com isso é que o Senhor Deputado se deveria preocupar, comentou, porque a Câmara também promovia essas ações, recomendando, no entanto, à comunicação social para não ilustrar a entrega do cabaz, por atenção à pessoa que efetivamente se encontrava carente, de acordo com os dados de que a Autarquia dispunha.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal concluiu, assim, que aquelas situações é que o preocupam, mais que interpretar, em termos quantitativos aquilo que o orçamento dizia, apesar de o orçamento dizer muito sobre a ação social da Câmara, rematou.-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que proferiu as palavras que a seguir se tentam transcrever na íntegra:-----

----- "O Senhor Presidente prevê gastar trezentos e dezoito mil euros numa pista de BMX em Sangalhos. Mais do que os trezentos mil que tinha dito a esta Assembleia. Trezentos e dezoito mil euros. O Senhor tem noção daquilo que diz e daquilo que faz? O Senhor está a atribuir às Instituições de Solidariedade Social do concelho de Anadia, a todas elas, durante o ano, cento e oitenta mil euros, e tem o descaramento de construir uma pista de BMX em Sangalhos, de trezentos e dezoito mil euros, numa altura destas, na situação em que o país se encontra, com desempregados no Município, com pessoas a passarem fome, que não têm dinheiro para pagar as suas rendas. Caia na real, Senhor Presidente. É só isto que eu lhe peço, com toda a educação deste mundo, porque graças a Deus se há uma coisa que eu aprendi, quando cumpri o serviço militar, foi a respeitar a pátria e aquilo que é o bem público. Muito obrigado."-----

----- Logo a seguir à intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu apenas que encontrando-se tão longe das eleições, e já o CDS tem tanto dinheiro para cartazes mentirosos. No entanto, acrescentou que ainda não tinha visto o Senhor Deputado dar uma prenda a um dos velhinhos que andam na rua. Talvez por andar distraído, comentou a terminar.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por reconhecer que do documento que estavam a analisar e que os iria guiar durante o ano dois mil e treze constavam, de facto, melhorias em algumas rubricas, como na educação, na cultura, no desporto e nos transportes escolares, sendo que nos transportes escolares, com certeza, o Senhor Presidente já estaria a pensar na deslocação das crianças para os novos centros escolares que iriam funcionar, de Paredes do Bairro e de Avelãs



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Cima/Avelãs de Caminho. Reconheceu melhorias também no saneamento.-----

----- Contudo, disse também ao Senhor Presidente tratar-se de um orçamento de consolidação e conclusão de algumas obras do orçamento anterior, que reconhecia ser, de facto, um orçamento ambicioso. Por isso, esperava que o Senhor Presidente o cumprisse. Referiu, ainda, não se tratar de um orçamento eleitoralista, atendendo a que o ano seguinte iria ser um ano de eleições, porque a equipa estava de despedida.-----

----- Assim, adiantou ao Senhor Presidente que tomaria a sua decisão da votação na hora certa. Disse, também, a concluir, que quem viesse a seguir teria que trabalhar se queria fazer obras, portanto, esperava que o Senhor Presidente, no final do seu mandato, e como tinha dito na comunicação social, deixasse um saldo de cinco milhões para os seus sucessores. Esperava para quem viesse, porque, como adiantou, com certeza também não viria, também estava de debandada para dar o lugar aos mais novos.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que ele iria ver, por altura da prestação de contas em abril, quanto a Câmara gastava em transportes escolares pagos, para além dos que fazia por conta própria, adiantando, que a Câmara estava a adquirir mais autocarros precisamente para tentar dar resposta a alguns circuitos de alunos que ficavam distantes da escola e que a Câmara pretendia realmente colmatar.-----

----- No entanto, reconheceu que o Senhor Deputado João Morais tinha dito uma verdade que justificava aquele orçamento, ao falar do saneamento e de outras obras, e ao dizer que aquele orçamento estava a demonstrar que o Presidente da Câmara estava apontado para a conclusão das obras. Disse, então, que o Senhor Deputado tinha razão, embora naturalmente também tivesse a pista de BMX. Mas, sobre a pista de BMX, sublinhou que era tão útil para Sangalhos, e para o concelho de Anadia, como era o Velódromo, pelo facto de o BMX se tratar de uma modalidade que todos os praticantes de ciclismo, e não só, solicitavam. Além disso, esclareceu que nunca tinha sido feito nada no concelho à escondida da Assembleia.-----

----- Aproveitou para relembrar, também, que a Assembleia tinha aprovado um empréstimo, que se encontrava para análise do Tribunal de Contas, do qual uma parte se destinava a aplicar numa pista de BMX, pelo que, se não fosse aplicado, evidentemente que também não poderia ser levantado.-----

----- Sublinhou, ainda, que a pista de BMX para Sangalhos será um complemento do Velódromo e assegurou que, apesar de haver alguém de Anadia, de outra corrente política que não PSD ou PS, que diga ao Governo para não mandar dinheiro para a Câmara de Anadia, por ter dinheiro a mais, que até irá fazer uma pista de BMX, essa pista iria ser conseguida com a dedicação e a forma de estar na vida e de luta permanente para conseguir aquilo que quer que sempre teve. Porque, acrescentou, trabalhando e fazendo trabalhar, sempre lutou para conseguir o melhor



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a sua terra e, como tal, iria tentar fazer, apesar de reconhecer que não consegue fazer tudo, como era normal.-----

----- Sobre os campos sintéticos, comentou apenas se os Senhores Deputados já teriam pensado no significado que tinha um campo sintético para Aguiçim, ou para Couvelha, ou para Azenha, para todas aquelas crianças.-----

----- Também sobre as verbas para as Freguesias, aproveitou para informar que só da última vez a Câmara tinha atribuído duzentos e tal mil euros. Aproveitou, a oportunidade, também, para chamar a atenção dos Senhores Presidentes de Junta que a verba teria de ser levantada até ao final do ano, sob pena de ser retirada. Por isso, concluiu que estranhava a afirmação do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, de que a Câmara Municipal só tinha destinados cem mil euros para as Freguesias.-----

----- Para uma segunda intervenção na discussão daquele terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado pediu a atenção do Senhor Presidente para uma situação. Informou, então, que tinha tido conhecimento, por algumas professoras do ensino básico e por alguns casos locais de algumas freguesias, de que já havia algumas crianças que chegavam à escola com bastante fome, por força da situação de desemprego em que se já se encontravam o pai e a mãe de alguns lares, e que apesar de se terem candidatado ao subsídio social desde julho, ainda não tinham recebido a transferência da verba a que tinham direito. Tratando-se de uma situação reconhecida por algumas professoras, disse esperar que o Senhor Presidente e o responsável pela área no apoio escolar, na ação social do próximo ano tivessem isso muito em atenção, para que não viessem a acontecer casos como os que estavam a acontecer diariamente, como aquele que tinham sido confrontados na comunicação social, de uma mãe que tinha morto duas crianças de um ano e dois anos.-----

----- Portanto, disse esperar que o Senhor Presidente da Câmara tivesse esse cuidado, assim como a responsável da área da ação social, concluindo que era preciso ter isso muito em atenção, por considerar ser preferível olhar mais para a assistência social do que inclusivamente até para algum apoio cultural.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Na sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado começou por cumprimentar os presentes. Entretanto disse pretender colocar uma questão ao Senhor Presidente, relacionada com o capítulo das receitas, em particular da venda de bens de investimentos. Sobre a mesma, e constatando estarem inscritos no orçamento para dois mil e treze um milhão cento e cinquenta mil euros, dos quais novecentos mil eram referentes a habitações, famílias, e duzentos e cinquenta mil a sociedades e quase sociedades não financeiras, perguntou se não



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

haveria ali algum excesso de otimismo ou se efetivamente era intenção de vender durante o ano dois mil e treze. Pediu, assim, se o Senhor Presidente da Câmara poderia falar um pouco sobre aquelas rubricas.-----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado André Henriques, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse não haver qualquer problema, se a Câmara conseguir vender o que tem de apartamentos e tudo o mais. Contudo, não deixou de referir que numa situação dessas não se poderia comprometer, porque para a Câmara a vender teria de ser alocado no documento antes da venda, não poderia ser inscrito no orçamento depois de vendido por se tratar de um documento previsional.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal um pouco mais de detalhe, nomeadamente se tem as habitações, a que correspondiam os novecentos mil euros, se a Câmara Municipal esperava vender todas, ou parte delas. Em relação ao número que tinha sido colocado relativo à sociedade e quase sociedade não financeira, pediu, ainda, para o Senhor Presidente da Câmara esclarecer o que seria, se se tratava de uma quota numa empresa, em várias.-----

----- Para melhor responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado André Henriques, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu autorização ao pedido formulado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal para recorrer ao apoio do técnico responsável pela área financeira.-----

----- Em posse da palavra, o Senhor Dr. João Paulo Anjos esclareceu que o que estava ali em causa era a entidade que adquire, a quem a Câmara vende, e acrescentou que o classificador fazia a distinção entre famílias e sociedades e empresas. Esclareceu, ainda, haver a rubrica terrenos, e depois dentro dessa rubrica dos terrenos, estavam sociedades e quase sociedades não financeiras. Venda de terrenos a sociedades, no caso.-----

----- No seguimento do esclarecimento dado pelo Senhor Dr. João Paulo Anjos, e não vendo qualquer outro pedido de intervenção naquele período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão, tendo submetido, de imediato, à votação dos Senhores Deputados a Proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e treze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e treze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores, José Maria de Almeida Ribeiro, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e do Senhor Deputado Municipal



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Independente e Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, José Cerveira Lagoa, dois votos contra dos Senhores Deputados do Grupo Municipal CDS-Partido Popular, e sete abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto quatro da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de emissão de declaração de interesse municipal do projeto de exploração da pedreira denominada "Vale da Erva", de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 22.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Anadia"*.-----

----- Apresentado o ponto quatro da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por constatar que aquele ponto já tinha sido apresentado à Assembleia, só que não tinha sido examinado no âmbito de um processo relativo ao procedimento que normalmente aquele tipo de explorações tinha de ter, na medida em que tinham levado exclusivamente a uma parte do chamado interesse público municipal.-----

----- Entretanto, referiu que na verdade, não seria de bom-tom verem as pessoas a fazer explorações de barros, areias, e tudo isso, nas terras do concelho sem pagar algo por isso, que, pelo menos, recaia em favor do chamado interesse municipal, dado que estragam estradas e criam algum incómodo às populações.-----

----- Deu, então, a conhecer que o assunto tinha sido presente à reunião do Executivo e, nesse sentido, os elementos do Executivo tinham entendido que aquele tipo de explorações, que tiravam uma mais-valia do concelho, nem sempre eram vistas com bons olhos pelas populações. Todavia, acrescentou que a empresa requerente tinha apresentado uma reclamação relativamente à decisão do Executivo, acompanhada de pareceres favoráveis, condicionados, naturalmente, à opinião da Câmara, solicitando a legalização da situação, pelo que o Executivo, confrontado com aquele problema, tinha mandado analisar a petição aos técnicos da Câmara, que informaram não ver inconveniente.-----

----- A acrescer a tudo aquilo, informou que havia algo muito importante e que por isso teriam de repensar todo aquele processo. Era o facto de aquela exploração constar do Plano Diretor Municipal, pelo que não valeria de nada terem aquela atitude com a exploração porque ela era existente, era do PDM.-----

----- Então, adiantou que o problema recaía no facto de estarem a prejudicar, numa hora difícil,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a empresa em questão, com uma agravante maior, se não reconhecessem aquele interesse, a empresa não era obrigada a fazer a reposição, de acordo com o decreto do regime de pesquisa e exploração de massas minerais das pedreiras que a tal obriga. Portanto, referiu que seria um problema que ficaria ali, uma lacuna para toda a vida, passando os elementos da Assembleia a ser os principais responsáveis.-----

----- Portanto, e a concluiu, propôs que a Assembleia, como já tinha sido feito na Câmara, considerasse de interesse municipal o projeto daquela exploração. E, para quem tivesse dúvidas, reforçou que estava mencionada a sua existência, não se tratava de algo novo, portanto, já tinha tido um procedimento adequado, só que entretanto, para a empresa continuar a explorar, que estava a explorar, mas com licenças provisórias, necessitava daquela declaração.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado começou por recordar que na altura em que fazia parte do Executivo Municipal, aquele processo já tinha sido apresentado para ser analisado, tendo o Executivo, na altura, considerado que não havia, por parte da empresa, garantias quanto à repavimentação das estradas, não havia garantias quanto à lavagem dos camiões, ao local adequado para essa lavagem, para além de que os inconvenientes que trazia para as populações não estavam de modo algum salvaguardados. E, daí, o Executivo ter indeferido o processo.-----

----- Referiu, entretanto, que pelo que lhe estava a ser dado a conhecer, provavelmente, o processo teria sido mais tarde novamente presente ao Executivo e a Assembleia estava em posse do resultado já dessa fase final.-----

----- Num primeiro comentário, constatou que a empresa, na sua petição, dizia que na tal reunião a Técnica (Arquiteta Susana), ao que parecia, apesar de não saber se de facto deveriam acreditar que era assim, mas era o documento que tinham, tinha assumido uma posição. A ser verdade, considerou que isso não deveria ter acontecido, porque essas posições têm de ser assumidas pela Câmara Municipal e não pela Técnica que foi à reunião. E, portanto, sublinhou que aquele comentário lhe parecia importante, salvaguardando não estar minimamente em causa a competência da Técnica, mas antes uma tomada de posição que deveria ser da Câmara Municipal e não da Técnica.-----

----- Continuando, disse pretender saber se de facto havia alguma garantia, naquele momento, de que a empresa ia proceder depois à repavimentação das estradas e, enfim, de alguma forma, repor tudo aquilo que era necessário repor. Explicou, assim, que a questão não se punha em termos da pedreira em si, porque aí a própria lei obrigava, aí era o próprio Ministério do Ambiente que ao licenciar obrigava a que o coberto vegetal depois fosse repostos. Naquela situação o que a Câmara Municipal teria que se preocupar era com os danos que eram causados às populações em termos, principalmente, de estradas, já para não falar das poeiras que eram



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

libertadas e que entravam pelas casas das pessoas, complicando demasiado a situação das pessoas.-----

----- A concluiu, disse pretender saber, em concreto, se de facto existiam algumas garantias nesse sentido.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que em relação àquele assunto, havia duas situações a referir. Assim, constatou que tinham uma má experiência no Município com aquele tipo de explorações, bastava percorrerem Avelãs de Cima, todo aquele interior, e veriam paisagens completamente lunares, uma vez que as empresas acabavam por não armazenar os resíduos para reposição, depois também não licenciavam a reposição, porque poderiam sempre repor lá outros resíduos, mas acabavam por não licenciar, ou então, abriam insolvência, desapareciam e o concelho ficava com o problema. A título de exemplo, disse que bastava irem a Avelãs de Cima e veriam locais de explorações já com dez, quinze, vinte anos, extremamente perigosos, com quedas de vinte metros de altura, com água em lagoas enormes, que qualquer pessoa que para lá vá, tanto fazer BMX, como já lá tinha visto uma pessoa, ou qualquer outro tipo de desporto, poderia lá cair e morrer.-----

----- Depois, considerou que a Câmara, naquela situação, teria de ser rígida, porque, contrariamente ao que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito um pouco antes, e pedindo desculpa por o contrariar, de acordo com o manual de que dispunha, independentemente da situação, a empresa seria obrigada a prestar caução, caso contrário, não teria licença. Assim, e na eventualidade de a Assembleia deliberar por fazer, considerou que deveria mandar reforçar a caução, analisar qual a caução que estava prevista e informar a empresa do seu valor, para garantir que depois todos os pavimentos seriam repostos. E adiantou, também, que no caso de a empresa não fazer a reposição, a Câmara Municipal poderia fazê-la, na medida em que o dinheiro da caução chegaria para fazer essa reposição, porque, em contrário, ficaria com mais um buraco à vista.-----

----- Por outro lado, disse não saber qual era o interesse de declarar o interesse público para o Município naquela situação, por uma razão muito simples, porque a empresa não iria vender o produto só em Anadia e o número de empregos que a exploração gere é muito reduzido. Para além de que se tratava de umas máquinas a escavar e uns camiões a carregar, nada mais, acrescentando, ainda, que a empresa era de Leiria, portanto, não iria contratar os camionistas no concelho de Anadia, uma vez que tinha os camiões em Leiria. E que vinha de uma pedreira para a outra.-----

----- Pelo exposto, o Senhor Deputado disse não saber, em termos de rentabilidade para o Município, de geração de emprego para o próprio Município, o que aquela exploração iria dar. Aliás, adiantou que a localização que a empresa tinha escolhido não era de todo estúpida, por ter ali uma proximidade logo a Oliveira do Bairro e a Águeda, e se reparassem, em relação às



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cerâmicas do concelho de Anadia, a concentração não era na cerâmica do concelho, era na cerâmica do exterior, porque a empresa, inclusivamente, propunha-se vender para todo o país.-

----- Portanto, revelou ter algumas dúvidas do interesse para o Município, de estarem a declarar interesse público para aquela situação. Não obstante, e no caso de a Assembleia pretender declarar esse interesse, antecipou que se iria abster, por achar que não iria haver interesse público por aí além. Concluiu, adiantando que, no caso de esse interesse ser declarado, a Câmara Municipal deveria consultar previamente a CCDR e a LPP para ver efetivamente se a caução era suficiente para garantir, porque, como era do conhecimento geral, atualmente as empresas fecham de um dia para o outro. E, como tal, só pretendia garantir que, no caso de a empresa fechar, a caução desse para repor a situação inicial.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que não era só no concelho de Anadia que eram feitas explorações dessa natureza. No entanto, e apesar de concordar inteiramente, até porque era da lei, com a exigência da caução, não deixou de referir que não era minimamente aceitável que, a não haver uma declaração daquele interesse, por que motivo toda aquela área, e até a Anadia, estava cativa como zona de exploração, desde caulinos a outras matérias-primas. Portanto, concluiu que se tinham as situações previstas, teriam de as viabilizar.-----

----- Entretanto, referiu que era seu entendimento que da parte da Câmara Municipal deveriam sim garantir a repavimentação das estradas, apesar de, acrescentou, as empresas o virem fazendo, mesmo nas Almas, no Videiro, tendo-se, inclusivamente, proposto a pagar à Câmara Municipal o troço de estrada que ocupavam. Adiantou, também, que houve efetivamente uma altura em que aquele tipo de exploração parou, estava a voltar, e apesar de a indústria do barro vermelho se encontrar numa situação algo complicada, de qualquer maneira, a empresa teria de ter a situação regularizada. Não deixou, ainda, de antecipar que se a Assembleia não se decidisse por uma coisa nem por outra, aquilo que era lunar continuaria super lunar, porque a empresa, de noite ou de dia, sempre lá trabalhava. E não trabalhava só no concelho de Anadia, também trabalhava no concelho de Águeda, por se tratar, realmente, de uma zona vastíssima.--

----- Portanto, declarou que, em sua opinião, a Assembleia Municipal deveria emitir aquela declaração e, naturalmente, exigir à empresa aquilo que a lei dizia, nomeadamente a própria caução, porque também era da lei. Não obstante, adiantou que, naturalmente, a Câmara Municipal estaria disponível para consultar a CCDR, no sentido de dizer o que a Câmara deveria fazer nesses casos e qual o procedimento que tinha sido adotado para todos os outros operadores, uma vez que não se explorava só barros e saibros, havia pedreiras por todo o lado, mas, para tal, teria de ser emitido o parecer favorável de funcionamento para a Câmara poder discutir essa matéria, pela razão que tinha apresentado.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A concluiu, referiu, ainda, que seria de acautelar, também, e nesse sentido disse estar de acordo com o Senhor Deputado Sidónio Simões e com o Senhor Deputado Rui Marinha, a questão de todos os acessos, aquando da emissão da autorização. Aliás, adiantou que a própria deliberação poderia falar na questão de que as acessibilidades deveriam ser devidamente acauteladas. No entanto, e quanto à caução, concluiu ser da lei e como fizessem os outros também a Câmara faria.-----

----- Depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que o assunto em questão, em primeiro lugar, merecia uma atenção à população da Freguesia de Avelãs de Cima, pelo que era de opinião que a Junta de Freguesia deveria fazer-se ouvir pela população, que já em tempos atrás tinha levantado aquela polémica.-----

----- Em segundo, constatou que a pedreira iria ser explorada muito próximo do local onde estava a ser construído o Centro Escolar de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho. Portanto, tratava-se de um assunto bastante perigoso, relativamente ao qual se não fossem tomadas medidas de restrição ao acesso a crianças, amanhã poderiam ter problemas com alguns pais.---

----- O Senhor Deputado referiu, também, que a exploração dos caulinos, naquele local, era muito próxima, como o Senhor Presidente da Câmara um pouco antes tinha dito, do Vidoeiro, um lugar muito rico em águas. Como tal, sendo a água um bem essencial para a população, considerou que também deveriam ter aquela situação em precaução, porque a exploração estava localizada muito próximo da nascente conhecida pela "nascente das rolas", que fazia fronteira com a freguesia de Sangalhos.-----

----- Quanto às contrapartidas, considerou que a Câmara também poderia e deveria salvaguardar o interesse económico. Destacando o facto de serem favoráveis à criação de emprego e desenvolvimento económico, não deixou de referir, também, que esse desenvolvimento económico e a exploração daquelas argilas não seriam para aplicar em grande parte no concelho de Anadia.-----

----- E, tendo em conta os levantamentos populares ocorridos em outras explorações, o Senhor Deputado, a terminar, considerou que o assunto deveria ficar suspenso para meditação e, depois de auscultadas as populações de Avelãs de Cima, ser presente a uma próxima sessão da Assembleia Municipal para, então, poderem estar mais seguros para a sua aprovação.-----

----- Dando continuidade ao período de discussão daquele ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Manuel Baptista Veiga.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes e aproveitar para desejar a todos boas festas, o Senhor Deputado referiu tratar-se de uma firma de transformação de barro que laborava perto



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da rotunda do Pinhal do Prior e que já ali estava a laborar há alguns anos. Adiantou, também, ser do seu conhecimento que aquela firma não explorava em si, tinha outras empresas que trabalhavam para ela e que levavam lá o barro, e essas, sim, eram empresas que exploravam e que tinham feito aquela paisagem lunar naquela zona de Avelãs de Cima.-----

----- Deu, ainda, a conhecer que aquela empresa transformava o barro vermelho em barro branco que era utilizado para fazer tijoleiras e depois era transportado daquele local para a zona de Leiria, sendo que depois era também transportado, já mais elaborado, para as cerâmicas que fabricam tijoleiras.-----

----- A terminar, referiu que o caminho utilizado pela firma era não pavimentado, era curto, o pavilhão já lá estava e ocupava cerca de oitocentos metros, pelo que não via qualquer razão para a inviabilização daquele interesse público. A nível de empregabilidade, considerou que não seria muita, mas, de qualquer forma, trabalhava naquela zona e recebia o barro que vinha de outras empresas para a sua transformação.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que referiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Ainda bem que o Senhor Presidente de Junta falou. Era um pedido de esclarecimento, saber se efetivamente a Assembleia de Freguesia de Avelãs de Cima já debateu este tema na esteira do que o colega do PCP, o Senhor João Morais, referiu. Se a Assembleia de Freguesia efetivamente já se pronunciou quanto a esse assunto, acho que existe aqui uma certa legitimidade do Senhor Presidente da Junta de Avelãs de Cima de estar a proferir as sábias palavras que nem sequer vêm referidas no documento. De qualquer maneira, convém ter um suporte relativamente àquela que é a vontade da população de Avelãs de Cima e que convém realçar.-----

----- Depois, efetivamente também corroboro as palavras do Senhor Deputado Marinha, porque a Técnica que assumiu o parecer que emanou, tanto quanto o que me é dado a conhecer, já não trabalha na Câmara Municipal. Portanto, acho que é de ter outro parecer de uma Técnica que pelo menos trabalhe na referida Câmara Municipal.-----

----- Quanto ao mais, acho que todo o cuidado é pouco. Está em causa um bem precioso do Município de Anadia. Assim como a água não deve ser deixada de qualquer maneira, outros bens, nomeadamente os inertes, não devem ser deixados de qualquer modo, sem qualquer tipo de contrapartidas. É um bem precioso do concelho de Anadia, da Bairrada, e, como tal, deve ser precavido.-----

----- Quanto às intenções da Câmara, efetivamente é preciso ter sempre aqui um pé atrás, porque não nos vamos esquecer que ainda há pouco tempo a própria Câmara foi sentenciada para repor o coberto vegetal e a recolocação de inertes no âmbito de uma decisão de um Tribunal Administrativo e até ao momento ainda não informou esta Assembleia se efetivamente repôs o terreno nas anteriores condições em que o mesmo se encontrava. Portanto, a boa



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vontade não chega. É preciso ter dados concretos, nomeadamente a questão da caução, para se precaverem eventuais situações futuras que são essas que existem efetivamente nos dias que correm no Município de Anadia, em concreto, na Freguesia de Avelãs de Cima. Muito obrigado.”-

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que a Técnica, Arquitecta Susana, é Técnica da Câmara Municipal e só que andava pouco atento poderia afirmar que não era Técnica da Câmara Municipal. Acrescentou, também, que ela não fazia parte de qualquer comissão, tinha sido nomeada pela Câmara para analisar o processo, concluindo tratar-se de um grupo de trabalho, e não de uma comissão, que tinha de proceder a essa análise.-----

----- Sobre a proposta de emissão de declaração, referiu não ver onde estaria o problema, mas se os Senhores Deputados entendessem que não deveriam aprovar algo que já se encontrava previsto no PDM, só a eles caberia decidir. No entanto, considerou que deveria esclarecer a situação e recomendar alguns cuidados a ter em todo aquele procedimento, lembrando, inclusivamente, aos Senhores Deputados o que a própria CCDR dizia no seu parecer e lembrando, também, que não seria a Câmara Municipal a licenciar aquela exploração, mas tão só a emitir parecer, porque a entidade licenciadora já se tinha pronunciado favoravelmente. Para o efeito, passou a ler uma parte dessa pronúncia: “Aliás, sobre esta matéria em concreto, uma das principais recomendações da Direção Regional do Centro do Ministério da Economia e Inovação, entidade licenciadora, e da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro e autoridade de AIA, é a de não se permitir que os camiões associados à pedreira e à restante indústria extrativa instalada, utilizem o trajeto em direção à EN 334 pela Candieira, devendo utilizar impreterivelmente o trajeto por Almas da Areosa por ser o que causa menos impacto”. Concluiu, assim, tratar-se da pronúncia de quem decide, limitando-se a Câmara Municipal a apreciar através de um técnico ou de um grupo de técnicos o processo.-----

----- Ainda assim, não deixou de lamentar o facto de amanhã serem as empresas do concelho a querer barro e terem de se deslocar a Leiria, ou a outro lado, para o buscar, por não o terem ali. Por isso, disse não perceber como não haveria interesse municipal, acabando por perguntar, então, se o interesse municipal era só receber, porque se assim fosse, provavelmente, não haveria por a Câmara não receber, como tinham dito.-----

----- Agora, também referiu que comprometendo-se a empresa a manter as estradas em bom estado, que no território do concelho de Anadia eram cerca de quinhentos metros, não queria saber se passavam pelo outro lado, queria sim que a empresa contribuísse para dar atividade económica ao concelho, até porque já ninguém ia resolver o problema daqueles buracos. Buracos, aliás, que referiu encontrarem-se também em Bustos, em Monsarros, no concelho de Anadia, pelo que o cuidado teriam daquela maneira, e não emitindo parecer desfavorável porque estariam a negar aquilo que estava em PDM, e que não era do atual.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Continuando, disse não pretender proteger ninguém, mas que também não gostaria de ver uma empresa condenada a parar, e a fazer parar outras, uma vez que havia um trabalho entre empresas, como tinha sido dito pelo Senhor Deputado Manuel Veiga. Não obstante, reconheceu que seria mau negarem o impacte ambiental, assim como também seria mau não exigir contrapartidas à empresa. Portanto, e como defendia isso também, referiu que se fosse entendimento dos Senhores Deputados, poderiam recomendar à empresa essas situações, sob pena de lhe ser revogado o parecer.-----

----- Como tal, recordou que o Executivo tinha votado favoravelmente, pelo que estava nas mãos da Assembleia para os Senhores Deputados fazerem como entendessem. Ainda assim, não deixou de considerar não ser de bom-tom, porquanto a Assembleia não iria resolver nada, uma vez que o mal estava feito ao longo de décadas, porque há umas décadas largas que lá se explorava. Se agora entendessem, abruptamente, encerrar todos os investimentos feitos, considerava que não seria uma atitude de um concelho amigo daquele que vinha investir.-----

----- Aproveitou, ainda, para dizer que concordava inteiramente com a preocupação do Senhor Deputado Rui Marinha, sobre se a reposição era acautelada, mas desde logo adiantou que seria e que a empresa, inclusivamente, tinha proposto pagar à Câmara Municipal para ser a Câmara a efetuar esses trabalhos. No entanto, informou que o parecer não tinha sido emitido naquela altura, mas entretanto era chegado o momento em que tinham de se pronunciar, na medida em que tinham reunidos os pareceres da Economia, da CCDR, e da própria Técnica da Câmara Municipal, que tinha dado o parecer na reunião havida com eles.-----

----- Concluiu, assim, declarando-se à vontade para dizer que o seu interesse era apenas se havia desenvolvimento com a manutenção daquela empresa. E, como tal, se os Senhores Deputados entendessem que haveria, poderiam votar por a manter, se não, votar por a fechar. Fariam como entendessem. Da sua parte, adiantou ser favorável, depois de ouvir o Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, e pelo que sabia, para além de que se não tivessem posto aquela área no PDM, as pessoas não comprariam. Mas, a terminar, também não deixou de referir que nem sequer o PDM dessa altura tinha tido culpa porque muita coisa já existia, uma vez que já havia cerâmica há muitos anos.-----

----- Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado considerou que estariam ali a confundir um pouco as coisas, sob pena de estarem a padecer do síndrome do pequeno poder, porque na verdade, só iriam dar um pequeno parecer que não contava para nada, porque o processo já tinha todos os pareceres.-----

----- Referiu, ainda, pensar que todos concordariam que teriam de ser exigentes com as empresas que trabalham no concelho de Anadia, no sentido de elas cumprirem as diretivas ambientais e de não prejudicarem as outras empresas que laboram no concelho, nomeadamente nas vias, e tratando-se de uma empresa que utilizava as vias de maneira a



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

causar estragos, haveria que exigir que esses pavimentos fossem repostos.-----

----- Não deixou também de adiantar que todos concordariam que qualquer que nem que fosse apenas criado um emprego, seria bom, porque se dissessem que não, haveria alguém que iria ficar sem emprego. Ainda sobre as afirmações de que aquela exploração não traria benefícios ao concelho, referiu que se calhar as bombas de gasolina do concelho poriam gasóleo nos camiões e as pessoas dos restaurantes venderiam refeições aos camionistas. Concluiu, assim, que a exemplo da pista de BMX, era preciso pensar na grande fotografia e não no bocadinho, porque a verdade era que se fossem a pôr a mão ao pescoço ainda mais às empresas que se encontravam no concelho de Anadia, em breve não teriam nada, não teriam indústria.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por reiterar que deixava o assunto à consideração dos Senhores Deputados, apesar de reconhecer, também, que perfilhava da afirmação de que estava tudo estragado, porque quem conhecesse a exploração, saberia que era uma imensidão que ultrapassa largamente o concelho de Anadia, desde toda a zona das cerâmicas de Bustos, a zona de Oliveira do Bairro.-----

----- Salvaguardando a questão de não pretender sensibilizar para o voto, mas tão só esclarecer, recordou que os nomes de Oliveira do Bairro, Paredes do Bairro, São Lourenço do Bairro, derivam do facto de se tratar de uma zona de barros e de saibros, sendo apetência, no passado, desses espaços, assim como outras pedreiras eram apetência de outro tipo de exploração. Por isso, disse não ter mais esclarecimentos a dar porque é o que está escrito.-----

----- Contudo, pediu atenção para a questão da exigência de alguma contrapartida, a garantia, à empresa. Adiantou que para aplicar uma caução à empresa, teria de ir pedir esclarecimentos à CCDR e chamar o responsável pela empresa para lhe dizer para arranjar uma forma de apresentar a caução, de acordo com as regras em vigor, que também tinham sofrido alguma alteração, uma vez que a caução não era cativa como antes. Sublinhou, portanto, a importância do acautelamento de todas as questões legais.-----

----- Portanto, declarou-se uma vez mais a favor daquela proposta e antecipou que se os Senhores Deputados não concordassem, seria perder tempo porque numa próxima sessão o assunto seria mais uma vez discutido. Não obstante, sugeriu que ponderassem e que atendessem, também, às palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, que conhecia melhor a situação.-----

----- Aproveitou, ainda, para dar a conhecer da existência de um grande projeto para aquela área, que provavelmente iria ainda arrancar, mas ainda não sabia como, atendendo também ao facto de ter fundos estruturais, projeto esse que passava por recuperar uma grande parte daquela área no concelho de Anadia com um depósito de reciclagem, dos chamados RCD's (Resíduos de Construção e Demolição), o que considerava ser ótimo. Adiantou, também, que os



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsáveis deveriam estar à espera da colaboração da Europa e, portanto, depois, a Assembleia também teria, de qualquer maneira, de emitir uma declaração de declaração, sob pena de não poder ser utilizada.-----

----- Concluiu, deixando à consideração dos Senhores Deputados a votação daquela proposta do ponto quatro da ordem do dia.-----

----- Sem mais intervenções solicitadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o período de discussão do ponto quatro da ordem do dia por encerrado, iniciando, de imediato, a votação da Proposta da Câmara Municipal de emissão de declaração de interesse municipal do projeto de exploração da pedra denominada "Vale da Erva", de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1, do Artigo 22.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Anadia.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta da Câmara Municipal de emissão de declaração de interesse municipal do projeto de exploração da pedra denominada "Vale da Erva", de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1, do Artigo 22.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Anadia, tinha sido aprovada por maioria, com trinta votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e do Senhor Deputado Municipal Independente e Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, José Cerveira Lagoa, um voto contra do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, João Alves Morais, e duas abstenções dos Senhores Deputados do Grupo Municipal CDS-Partido Popular, encontrando-se ausentes a Senhora Deputada Isabel Gonçalves, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, e o Senhor Deputado Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quatro da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto cinco da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de manutenção do pagamento das despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau, da Câmara Municipal de Anadia, nos termos do n.º 2, do Artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto*".-----

----- Apresentado o ponto cinco da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que como saberiam, durante algum tempo, por força da legislação, tinham sido retiradas ao pessoal dirigente as conhecidas despesas de representação, e a Câmara, por uma questão de cautela também as tinha retirado. Entretanto, solicitou autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para a Técnica responsável pelos recursos humanos da Câmara Municipal poder intervir para explicar o assunto.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Em posse da palavra, a Senhora Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- "A questão é a seguinte. Em agosto saiu uma lei que prevê que a estrutura dos serviços seja aprovada até trinta e um de dezembro de dois mil e doze, a nova dos serviços, uma vez que a maioria das Câmaras, dos Municípios, tinha pessoal dirigente em número superior àquele que agora é permitido por lei. A Câmara de Anadia, que entretanto foi agregada aos Serviços Municipalizados teria, ainda que isso não acontecesse, que alterar a sua estrutura orgânica e os cargos existentes nos Serviços Municipalizados e na Câmara contavam para o limite previsto na lei. Nessa lei, que é a lei n.º 49/2012, há um artigo que diz que ao pessoal dirigente podem ser abonadas despesas de representação nos mesmos termos que as despesas são abonadas ao pessoal dirigente da administração central e regional.-----

----- A lei saiu em vinte e nove de agosto. As pessoas com competência para analisarem estes assuntos estavam de férias, que era eu, e quando vim de férias analisei a lei e surgiram dúvidas, surgiram-me a mim e surgiram a outras tantas pessoas. E houve um colóquio no CEFA em outubro. Também nessa altura o *timing* já não permitia que fosse submetida à Assembleia ordinária de setembro. E, então, nós fomos ao colóquio que houve no CEFA sobre as novas estruturas orgânicas, e em que se discutiu também esta questão: se as despesas de representação que eram abonadas aos titulares de cargos dirigentes que já estavam no exercício de funções em vinte e nove de agosto, que foi no dia em que entrou em vigor a lei, se teria que ser submetida a autorização à Assembleia Municipal, ou se isso só quando seria para as pessoas que viessem a ser nomeadas ao abrigo dessa mesma lei. Portanto, houve pessoas que pensavam de uma maneira, outras pessoas que pensavam de outra maneira.-----

----- O que surtiu desse colóquio foi que, por uma questão de cautela, e para prevenir, que o assunto fosse sujeito à aprovação da Assembleia Municipal. E, nesse sentido, foi à reunião de Câmara e, agora, sob proposta da Câmara, à Assembleia Municipal para se saber se até trinta e um de dezembro, e apenas aos titulares dos cargos dirigentes que estavam em exercício de funções em agosto de dois mil e doze, se é para continuar a abonar, ou não, as despesas de representação. Para continuar, eu digo isto porque a estrutura orgânica acabou de cair com a aprovação do modelo que esta Assembleia aprovou há bocadinho. E é só para decidir se de agosto até dezembro se são abonadas ou não as despesas de representação a esse pessoal dirigente."-----

----- Apresentado o esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o período de discussão do ponto cinco da ordem do dia por encerrado e, prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a Proposta da Câmara Municipal de manutenção do pagamento das despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau, da Câmara Municipal de Anadia, nos termos do n.º 2, do Artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta da Câmara Municipal de manutenção do



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pagamento das despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau, da Câmara Municipal de Anadia, nos termos do n.º 2, do Artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor de todos os Senhores Deputados presentes naquela sessão ordinária de vinte e dezembro, encontrando-se ausentes a Senhora Deputada Isabel Gonçalves, do Grupo Municipal do PS, e o Senhor Deputado Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto cinco da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto seis da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de manutenção do pagamento das despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia, nos termos do n.º 2, do Artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto"*.-----

----- Apresentado o ponto seis da ordem do dia, e uma vez esclarecidos todos os Senhores Deputados pelo facto de o assunto ser idêntico ao do ponto anterior, o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez apenas um esclarecimento prévio de que até à votação do ponto dois da ordem do dia daquela sessão ordinária de vinte e dezembro de dois mil e doze, aqueles dois organismos funcionavam em separado e, por isso, tinham sido apresentados em separado à reunião do Executivo e teriam obrigatoriamente de ser apresentados em separado à Assembleia Municipal.-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o período de discussão do ponto seis da ordem do dia por encerrado e, prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a Proposta da Câmara Municipal de manutenção do pagamento das despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia, nos termos do n.º 2, do Artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta da Câmara Municipal de manutenção do pagamento das despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia, nos termos do n.º 2, do Artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor de todos os Senhores Deputados presentes naquela sessão ordinária de vinte e dezembro, encontrando-se ausentes a Senhora Deputada Isabel Gonçalves, do Grupo Municipal do PS, e o Senhor Deputado Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto seis da ordem do dia.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De imediato, passou a apresentar o ponto sete da ordem do dia, *“Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de isenção do pagamento do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) para as transmissões de lotes adquiridos diretamente ao Município em zonas industriais promovidas pelo mesmo, nos termos do n.º 2, do Artigo 12.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro”*.-----

----- Apresentado o ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, depois de efetivamente verificar quais eram as consequências para a Câmara Municipal e, naturalmente, também, para as aquisições daquele tipo, a Câmara não se encontrava, naquele momento, na posse de pareceres suficientemente fundamentados para poder pedir à Assembleia que se debruçasse sobre aquele problema, naquele momento pelo que solicitou a retirada do ponto da ordem do dia.-----

----- No seguimento do pedido efetuado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário que de acordo com o n.º 2, do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, competia à Câmara Municipal e à Mesa a feitura da ordem do dia, e assim sendo, também permitia aos mesmos retirar pontos quando assim entendessem. Nessa conformidade, anunciou que a Mesa aceitava a retirada do ponto sete da ordem do dia daquela sessão ordinária de vinte de dezembro de dois mil e doze.-----

----- Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão, nos termos do Artigo trigésimo sexto do RAMA, anunciou que não iria haver lugar a intervenção do público naquela sessão ordinária de vinte de dezembro de dois mil e doze.-----

----- Entretanto, deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta, por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD, subscrita pela sua líder, a Senhora Deputada Municipal Lúcia Araújo, para, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, aprovar em minuta os pontos dois, três, quatro, cinco e seis da ordem do dia, a fim de produzirem efeitos de imediato.-----

----- Depois de submeter à votação dos Senhores Deputados a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro e cinco e seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU e do Senhor Deputado Municipal Independente e Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, José Cerveira Lagoa, um voto contra, do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e zero abstenções, encontrando-se ausentes a Senhora Deputada Isabel Gonçalves, do Grupo Municipal do PS, e o Senhor Deputado Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia, passando, desde logo, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma última intervenção.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte declaração final:-----

----- "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, demais elementos, caríssimos elementos da Assembleia Municipal, aos meus Vereadores. Eu quero naturalmente dirigir daqui um desejo sincero de boas festas e mais uma vez que estas discussões, que às vezes aquecem um pouco, sejam postas sempre de forma secundária, de maneira que não deixe qualquer indisposição entre nós. O Natal é um tempo realmente de paz, vamos contribuir também para que isso aconteça. Quero, também, em nome da Câmara, dos meus Vereadores, fazer votos exatamente a todos vocês de um Natal e de um ano novo que se avizinha, portanto, tudo de bom para vocês, em meu nome pessoal e, também, por delegação de competências, em nome da Câmara Municipal. Portanto, até uma próxima ocasião. Boas Festas. Obrigado."-----

----- Decorrida a última intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dirigiu-se igualmente aos Senhores Deputados para dizer o seguinte:-----

----- "Eu não poderia deixar de solicitar aos Senhores Deputados apenas alguns segundos para manifestar obviamente votos de um santo Natal e também votos de um excelente dois mil e treze, dentro daquilo que for possível.-----

----- Queria aproveitar este momento para dizer que as lutas partidárias são sempre bem-vindas, os despiques são sempre oportunos, quando honestos e no sítio certo.-----

----- Não me queria despedir de vós este ano, sem deixar aqui um profundo agradecimento a todos os funcionários da Câmara Municipal de Anadia, e recorde os Senhores presentes que a Assembleia Municipal não tem nenhum funcionário, o funcionário é da Câmara Municipal que presta serviço nos dois locais. Queria aqui deixar um profundo agradecimento pela sua camaradagem, pela forma, eu diria elevada e eloquente, como ao longo destes três anos acompanharam a Assembleia, e sobretudo este ano.-----

----- E queria deixar também aqui um agradecimento muito profundo a todos os elementos do Executivo Camarário, porque também souberam, ao longo deste ano, estar disponíveis para me atender quando foi necessário e para, na realidade, me prestar todos os esclarecimentos que foi possível.-----

----- E quero dizê-lo que apesar de ser uma obrigação quase sua e também estarem aqui por pedido do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Dr. João Paulo e a Senhora Dr.<sup>a</sup> Fátima, estiveram aqui hoje porque eu também lhes pedi para estarem presentes porque na realidade não se tratavam aqui coisas tão simples quanto isto.-----

----- E agora queria dizer-vos uma coisa. Seria da minha parte uma grande falta de sensibilidade, eu diria mais, seria uma grande falta de humanidade, neste período de Natal, se



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eu não me lembrasse que hoje está connosco alguém que faz cinquenta primaveras, que por acaso são invernos. Não se faz cinquenta anos mais que uma vez na vida. Já alguém há dias me disse que também não se faz mais nenhum outro ano. Mas o Senhor Cândido faz hoje cinquenta anos e eu acho que ele no mínimo merece uma salva de palmas nossas.-----

----- Desejo a todos um excelente regresso. Muito obrigado pelo vosso trabalho e pela vossa colaboração.”-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a participação de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária do dia vinte de dezembro de dois mil e doze, quando eram dezoito horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -

